

26 de Outubro 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº 282
Director-Geral
Evaristo Mulaza



INAUGURADO PELO PR

Hotel Intercontinental sem data de arranque

Pág. 14



PROCESSOS ENSOMBRADOS DE VÍCIOS

Liquidação de bancos encerrados pelo BNA encrava na justiça

Defesa do Banco Mais pede afastamento do juiz

EXCLUSIVO. Encerramento de bancos pelo BNA, em 2019, continua ensombrado de suspeitas de motivações políticas, quando os processos já se encontram na fase de liquidação, após determinação de falência. Defesa do Banco Mais pede afastamento do juiz da causa, Osvaldo Malanga, acusando-o de “inimizade grave” contra o banco. Juiz é alvo também de um processo disciplinar instaurado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial. Em causa, estão suspeitas de irregularidades no julgamento do caso BANC. Págs. 8 e 9

TURISMO QUEBRA

Polícia e pandemia ‘matam’ negócios na Ilha

TURISMO. Excessivas operações policiais à porta dos restaurantes e agravamento das medidas de combate à pandemia estão a afugentar os clientes da Ilha. Empresários relatam despedimentos e antecipam falências, ao mesmo tempo que esperam mudanças na actuação da polícia e do Governo. Há quem peça mesmo “tratamento diferenciado” à Ilha.

Págs. 12 e 13



NOS PORTOS

Importadores acusados de concorrência desleal com despachantes e transitários

Pág. 10

OPINIÃO

António Vieira, ex-director da Cobalt Angola

Melhorar a Educação em Angola: Qualidade vs. Salários?

Pág. 20



A INFANTILIZAÇÃO DOS ANGOLANOS

O esforço terminal do MPLA pela manutenção do poder está a elevar a infantilização dos angolanos a níveis sem registo. Em termos históricos, os arquivos da bajulação acomodam anotações de intelectuais do MPLA, dignas de premiação em qualquer campeonato mundial da categoria. Como aquela que chegou a sugerir a multiplicação da figura de José Eduardo dos Santos. Ou a outra que lembrava que até o ar (im)puro que respirávamos resultava da infinita indulgência do ex-Presidente da República. Todavia, por muito que ultrapassassem as fronteiras ficcionais do endeusamento, afirmações como essas mais serviam para a ridicularização dos seus próprios autores do que propriamente para a infantilização dos angolanos. De certo modo, porque se tratava de um exercício, genericamente, interpretado no quadro da luta indecorosa de muitos jovens do MPLA para a ascensão na carreira. No espaço da

opinião pública, raramente se ouviram manifestações que levassem tais afirmações a sério ou que sugerissem que as mesmas representavam insulto intencional e grave contra os angolanos. Ao contrário da bajulação, o que se tornou, entretanto, mais comum no MPLA de João Lourenço é um outro fenómeno. Este, sim, mais ofensivo do que ridículo, porque está focado, de forma consciente e sobranceira, na infantilização dos angolanos. E com o agravante de ser o próprio Presidente da República a elevar a fasquia nos últimos dias. Primeiro, com uma entrevista ao 'Financial Times' em que, praticamente, confessa a pés juntos que mantém boas relações com o seu antecessor e em que considera o regresso de José Eduardo dos Santos bom para o país e para o MPLA. E disse-o com a mesma frieza de quem não afirmara tempos antes que o ex-Presidente era um "cidadão normal". Ou seja, cuja ausência ou presença não aquecia nem arrefecia os angolanos, em geral, e o MPLA em particular. O presidente do MPLA infantiliza os angolanos,

ao negar que tenha influenciado processos na justiça, quando foi ao ponto de questionar, num discurso sobre o estado da Nação, a demora e a celeridade de processos específicos nos Tribunais. Os angolanos são tomados todos por acéfalos pelo Presidente, quando refere que um dos dois eixos principais do seu projecto de reforma passa pela democratização das instituições. Quando o seu próprio partido não é capaz de avançar com múltiplas candidaturas e quando está aos olhos de todos a utilização exaustiva de instituições do Estado contra os principais adversários políticos. João Lourenço parece ver os angolanos todos como idiotas, quando vai ao ponto de se declarar democrata, ao mesmo tempo que nomeia publicamente o candidato com quem não tem de concorrer nas eleições que se prometem para o próximo ano. Enfim, se a infantilização dos angolanos está a este nível, não devia surpreender a ninguém as recomendações do ministro Marcy Lopes sobre como ocultar as verdades incómodas do país aos estrangeiros.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



JOSÉ ALBERTO SOFIA,
presidente do Codex Alimentarius Angola

Que balanço faz do desempenho do comité alimentar?
A nível do Codex, não houve alterações, porque a iniciativa tem de vir de cima. Mas, ao nível do Laboratório Nacional de Qualidade (Lancoq), houve mudanças.

Em que sentido?

O Lancoq foi extinto e, em substituição, foi criado, em Julho deste ano, o Instituto Nacional de Controlo de Qualidade que passa a congregar também funções que eram da alçada do Codex. Isto porque as matérias do Codex são tão vitais para a salvaguarda da segurança alimentar de todos nós.

Ou seja, desaparece também o Codex, certo?

Estamos na fase de implementação do Instituto de Qualidade. Os seus órgãos ainda não foram nomeados. Quer dizer que o Codex ainda continua em vigor porque não existem pressupostos para a extinção. Portanto, os instrumentos para acabar com essa entidade ainda não foram equacionados. De resto, a solução que encontramos para evitar o vazio foi incorporar no actual instituto as competências do Lancoq.

19 TERÇA-FEIRA

O prazo para a recepção de candidaturas para o cargo de presidente do MPLA, que será eleito em Dezembro, tem início e prolonga-se até 05 de Novembro.

20 QUARTA-FEIRA

A Unita anuncia para até 04 de Dezembro de 2021 a realização do XIII Congresso, em que será escolhido o novo presidente do maior partido na oposição.

21 QUINTA-FEIRA

O Presidente da República recebe, em audiência, o homólogo da República Centro Africana, Faustin Archange Touadéra, com quem aborda a situação de paz e estabilidade da RCA.



18

SEGUNDA-FEIRA

O presidente da Turquia, Recep Erdogan, defende, em visita a Angola, “uma nova era das relações” entre o seu país e África, garantindo que essa aproximação pretende criar um mundo “mais justo”.

22 SEXTA-FEIRA

O ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás exorta as cooperativas semi-industriais de diamantes a actuarem de forma “sustentável”, baseando-se em “princípios técnicos”, e admite que o combate ao garimpo é “desafio das autoridades”.



16 SÁBADO

O vice-governador para o sector Político, Social e Económico do Cunene, Apolo Ndinoulenga, exorta, em Ondjiva, os empresários a cumprirem com o rigor o pagamento dos impostos, com vista a fortalecer o OGE.



17 DOMINGO

O Tribunal Central de Instrução Criminal de Portugal desbloqueia uma conta bancária de Tchizé dos Santos, filha do ex-presidente José Eduardo dos Santos, por “decorso excessivo” do tempo e falta de provas quanto à origem ilícita dos fundos.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE ANIMADO...

O petróleo abriu a sessão desta terça-feira no verde, perante a crescente procura, particularmente nos EUA. O Brent negociava a 85,72 dólares no final do dia. Já o WTI, no mesmo período, negociava a 84,67 dólares.



BOLSAS EUROPEIAS EM ALTA...

As acções europeias fecharam o dia em alta, perto do recorde dos últimos dois meses. O índice pan-europeu STOXX 600 subiu 0,8%, para 475,74 pontos, enquanto o FTSE 100 avançou 0,76%, a 7.277,62 pontos, e em Frankfurt, o índice DAX subiu 1,01%, a 15.757,06 pontos.

Entrevista

DAVID MANUEL PIRES, DIRECTOR DA EXTRULIDER

“Vejo muita gente a comer nos contentores de lixo; se nada mudar, vejo um futuro muito complicado”

Director-geral da companhia angolana de alumínio Extrulider entende que, se o Estado quer promover o investimento industrial, tem de aliviar a burocracia e facilitar os licenciamentos. Mostra-se apreensivo com o futuro de Angola e alerta para a possibilidade de haver mais pessoas carenciadas se não houver políticas económicas com visão para o futuro. E prevê uma instabilidade social, que já demonstra sinais.

Por Pedro Nvakata

Que projecções tem para a Extrulider?

Abastecer o mercado nacional. Não quer dizer que não estejamos também a dar passos no sentido de exportar. Estamos a fazer isso este ano. Estamos mais incisivos. Mas o principal objectivo é abastecer o mercado nacional, porque tudo o que era consumido em Angola era importado. Contudo, desde que a Extrulider começou a trabalhar, isso já não é uma realidade. Já merecemos uma parte do mercado.

O nível de produção já o satisfaz?

Não. 2017 foi o ano de arranque e 2018 foi o ano em que estávamos com um nível de produção agradável. Depois, a crise cambial, a desvalorização do kwanza, o agravar da crise económica, a crise das divisas provocaram também um arrefecimento da actividade económica. Depois, com a recuperação do acesso às divisas, as empresas voltaram a importar alguma coisa. Desde que começámos com a fusão que estamos a reaproveitar os nossos próprios metais e tam-



bém as sucatas. O cenário está um pouco melhor. Mas, ainda assim, a empresa só está a trabalhar a um turno. Indústrias desta dimensão trabalham em elaboração contínua em qualquer país, seja na China, em Portugal ou em Espanha. Trabalham 24/24 horas e só param no domingo. Nunca trabalhamos por turnos porque não temos demanda suficiente. Ainda temos muita capacidade instalada para ocupar. A nossa produção pode ser muito superior, mas precisamos de encomendas..

E a conjuntura económica actual não ajuda...

Não ajuda. Os níveis de investi-

mento e de execução são fracos. Aquilo que é favorável para nós, eventualmente são os problemas logísticos que existem a nível mundial provocados pela pandemia, em que, para as empresas, é mais cómodo comprar localmente, em algumas situações, do que importar. Temos estado a ganhar no mercado com essa vantagem. Produzimos localmente com tempo de resposta rápido. Em vez de esperar por dois ou três meses por perfil, vindo de Europa ou da Ásia, entregamos em uma semana ou duas. Em termos logísticos, facilitamos muito a vida aos nossos clientes, mas há também a parte das divisas. Trabalhamos em kwanzas,

estamos em Angola, e temos vindo a ganhar terreno. Por outro lado, também estamos a oferecer cada vez mais produto diversificado e a pensar em começar a exportar para Portugal.

Essa pretensão é para breve?

É para começar já. Provavelmente, já não conseguiremos este ano, mas no início de 2022. Temos possibilidades de exportar quer perfil, quer eventualmente bileiro. O alumínio é o metal que está a ter um movimento de especulação brutal a nível mundial. Há até alguma escassez. Com o preço ainda mais elevado, torna-se apetecível até para a exportação. E isto permitirá até

que um país como Angola possa receber divisas, provenientes da produção local, também na área do alumínio como acontece em Portugal. Também queremos gerar as nossas próprias divisas, aumentar a indústria local para exportar. Temos alguns contactos com países vizinhos, da SADC, mas exportar para a Europa é também uma realidade que está em cima da mesa e que tem grandes probabilidade de acontecer.

Quais são esses países?

Estamos com alguns projectos, essencialmente, da República Democrática do Congo. Temos até situações mais ao Norte que podem vir a acontecer como são os casos dos Camarões e do Chade, com os quais estamos em fase avançada de negociação. É uma questão de oportunidade.

O mercado nacional é favorável na aquisição de matéria-prima?

Tem alguns problemas. Ou seja, o alumínio, a própria sucata, os desperdícios, os resíduos da actividade do alumínio é matéria escassa. Felizmente, a exportação da sucata está proibida, porque temos capacidade de absorver toda a sucata de alumínio do mercado, transformá-la e introduzi-la no nosso mercado. Mas o que me deixa, de alguma forma, desiludido é que se

“Há pessoas desagradas com o ambiente político, porque nada muda, as condições estão cada vez mais deterioradas e podemos ter grandes problemas sociais.”

permite a exportação de lingotes – uma matéria-prima útil à nossa actividade. Há diversas empresas que fazem recolhas de sucatas e produzem lingotes para exportar. Se permitem a exportação de lingotes, da sucata feita e produzida a partir da sucata que existe no mercado angolano, vão obrigar a Extrulider a exportar lingotes. Corremos o risco de, dentro de um mês ou dois, não termos sucatas para alimentar o nosso forno.

Qual é a solução?

A solução é impedir que se exporte ou se estabeleça quota máxima de exportação de lingotes. Temos capacidade de comprar toda a sucata produzida em Angola e de a transformar. Quanto mais sucata e lingote produzirmos, ou conseguimos comprar localmente, menor será a nossa necessidade de importar lingotes. É um tema difícil. Não se pode somente proteger uma empresa. O lingote é uma matéria-prima e nós podemos acrescentar-lhe valor, transformando-o e daí produzirmos perfis para abastecer todo o sector de alumínio em Angola. Acrescentamos valor, diminuímos as importações, aumentamos actividade e o emprego. Se tiver de parar o forno, vou ter de dispensar todos os funcionários que andámos a contratar nos últimos três meses, para essa nova área. Queria garantir um abastecimento de sucata contínuo. As outras empresas podem trabalhar, transformar sucatas, produzir lingotes e nós estamos disponíveis para os comprar.

O mercado angolano já consegue atender à procura?

Não sei exactamente, mas sei que o negócio das sucatas tem uma grande envolvimento local. Não tenho noção e não sei se o Ministério da Indústria terá noção das quantidades que são produzidas de lingotes ou que são recolhidas de sucatas.

Numa entrevista recente, disse que reduziu a produção para 10%. Pode precisar os reais motivos?

Foi um mal-entendido. Não reduzimos a produção a 10%. Estamos a utilizar somente 10% da nossa capacidade instalada. Portanto, volvidos quase três meses, já estamos a ocupar um pouquinho mais. Num cenário de três turnos, podemos produzir 600 toneladas de alumínio por mês, mas, a trabalhar somente num turno, conseguimos produzir somente 200 toneladas por mês. Quando tive



a entrevista, disse que estávamos a produzir 20 a 30 toneladas por mês, que era muito pouco. Agora já produzimos mais. O volume do mês passado foi melhor e o deste mês vai ser ainda melhor. Já duplicámos esses valores, mas ainda estamos longe se pensarmos no segundo turno.

Primeiro, a actividade económica não estava favorável e, segundo, continua a haver importação de materiais provenientes da China. Existem rumores que dão conta que o Executivo pensa em criar uma comissão anti-dumping para estudar esse fenómeno. Acredito que muito metal da China não está de acordo com as cotações inter-

nacionais. Pergunto-me como é possível fazer determinados preços. Poderá ser uma questão associada ao dumping. Não sei e não posso provar. Mas as autoridades que investiguem. Mas a nossa concorrência é, de facto, a importação no mercado asiático e o problema com o nível fraco da construção. Esperamos que venha a recuperar.

Tinha em curso a construção de um forno...

O forno é imprescindível, porque, num processo de extrusão, temos desperdício, resíduos e alguns materiais. Se não tivéssemos um forno para derreter, introduzir o bileiro e reintroduzir no processo de extru-

Perfil

Em Angola há seis anos

David Manuel Pires é licenciado em Gestão de Empresas, pelo Instituto Politécnico de Leiria, em Portugal. Filho de emigrantes, nasceu em Paris, França. Trabalha na produção de extrusão de alumínio há 23 anos. Chegou a Angola em 2017, para dar continuidade à Extrulider, um projecto cujo mentor é Tomás Neta.

Em todos os contentores de lixo, há gente a tentar comer e sobreviver. É impossível ir ao supermercado sem ver gente com fome. Se nada mudar, vejo um futuro muito complicado.

produto que tem ganho terreno no mercado, o PVC, que substitui, de alguma forma, o alumínio no processo de fabrico de caixilharia de alumínio. Em África, em Angola, pelo clima que temos cá, não me parece que seja um produto substituído, de alguma forma. O PVC tem muitas limitações. Mesmo na Europa, está a ser banido por algumas entidades públicas, especialmente para edifícios públicos, devido à segurança em caso de incêndios e das substâncias nocivas do PVC. O alumínio vai continuar a ser a principal solução para o fabrico de caixilharia.

Que incentivos espera do Governo?

Em matéria fiscal, nunca tivemos qualquer tipo de ajuda. Estamos a investir há vários anos e a carga fiscal, sobretudo em tributação de rendimento, mais a carga de licenças, que é necessário pagar para instalar uma indústria, a burocracia e o custo de licenciamento são absolutamente incríveis. O Estado, se quer promover investimento industrial a sério, tem de agilizar toda essa burocracia e facilitar o licenciamento. São vários ministérios a actuar, todos com as suas regras, exigências e requisitos. O Estado poderia ser forte nessa matéria. Outro incentivo, para promover a indústria e o emprego, seria dar algum apoio às empresas que pretendem exportar. O Estado tem tendência de se preocupar só com o petróleo, porque é daí que vêm as divisas. Mas Angola tem um potencial incrível para obter divisas, criar empregos, indústrias nas mais diversas matérias e exportar para os países vizinhos. Deve-se criar medidas de apoio às empresas para que possam ser mais competitivas no exterior.

Que tipo de medidas?

Isenções de impostos, por exemplo. Uma outra grande lacuna tem que ver com a formação académica. Mais de 95% do nosso pessoal é nacional. Temos poucos expatriados, mas a verdade é que recebemos aqui técnicos qualificados nas universidades angolanas, engenheiros, mecânicos, electrotécnicos e engenharia industrial, mas a formação, comparada à da Europa, tem uma dife-

Qual é a principal ameaça ao sector?

Se estivesse na Europa, responderia que a principal ameaça é um

Entrevista

Continuação da página 5

rença abismal. O Executivo tem de olhar de outra forma para a educação. Para criar mais qualidade no ensino e assim ter gente formada, mas mais bem capacitada para o mercado de trabalho.

Como vê Angola?

Estou muito preocupado e apreensivo com o futuro de Angola, em várias vertentes.

Qual é a mais gritante?

A mais gritante é a questão social. Vejo um país a crescer cerca de um a dois milhões de habitantes por ano. Daqui a pouco, mais de 10 anos, são 50 milhões de habitantes. Estou em Angola há cerca de quatro anos e meio e, desde o ano passado, essencialmente, vejo algo a acontecer que me revolta bastante. Muita gente a comer nos contentores de lixo. Quando cheguei, não via isso. Em todos os contentores de lixo, há gente a tentar comer e sobreviver. É impossível ir ao supermercado sem ver gente com fome. Se nada mudar, vejo um futuro muito complicado. Se hoje somos mais de 30 milhões de habitantes e há gente a passar fome. Se não se adoptarem medidas no sentido de promover investimento em indústrias para criar empregos, quando forem 50 milhões de habitantes, de onde é que sairá o emprego para tanta gente sobreviver? Esse é o maior problema de Angola. Se juntarmos isso a uma instabilidade que se pode criar a nível social...

Instabilidade social...

Há pessoas desagradadas com o ambiente político, porque nada muda, as condições estão cada vez mais deterioradas e podemos ter grandes problemas sociais. Os prejudicados não serão só os estrangeiros, os expatriados. Há relatos de colegas angolanos que são assaltados também em casa e no táxi. O crime está a aumentar de forma galopante e, se nada fizerem, Angola vai ter um problema social gravíssimo, a curto prazo. Nem é preciso falar muito mais do que cinco a 10 anos. A criação de emprego não vai acompanhar o aumento da população e isso pode ser dramático. É importante que o Executivo, de uma vez por todas, pare de alimentar a máquina importadora. Porque



sabemos muito bem como é que funciona o processo de importação, quem são as empresas que importam. Não se dá primazia ao produto local.

Além do preço e da escassez da oferta local, a importação muitas vezes está associada à garantia de maior qualidade. Concorda?

O que produzimos aqui é igual ao que se produz em Portugal. Até estamos a enviar os nossos produtos para Portugal. Temos qualidade. Não há necessidade de se importar o volume de alumínio que se importa. No agro-alimentar, não consigo perceber como é que se importam laranjas e maçãs, para se venderem a dois mil kwanzas o quilo. Vão vender a quem? Sinto-me felizado por estar em Angola e poder comer ananás, mamão e manga, frutas que há aqui em abundância, a

preços muito mais baixos do que a importada e com uma qualidade incrível. Importar fruta porque se Angola é um país riquíssimo? Angola tem de olhar para a parte industrial e agro-alimentar para dar emprego. Se não, como é que se vai sustentar toda a gente que está aí e toda a população que vai crescer para os 50 milhões? Para onde é que esse país vai? Vão estar todos ao pé da estrada, do supermercado ou das paragens a pedir?

E sobre os monopólios?

Se calhar é capaz de haver 20 ou 30 grandes importadores de Angola que devem concentrar praticamente todos os negócios. Sabemos como são os negócios. Há negócios aqui, instalados há anos, que têm como sócios gerais e há esses interesses. Quando se criam medidas para proteger a importação, a produção nacional nunca vai vin-

gar. A Extrulider tem sobrevivido e quer manter-se no mercado, independentemente dos cenários. Diz-se que o material produzido em Angola é mais caro do que o produzido em Portugal. Mas o preço é de Angola, porque ainda se tem as taxas aduaneiras e os custos dos transportes... Tem de haver vontade política para definir regras estruturantes para apoiar definitivamente e incentivar o aumento de indústria local.

Há produção local para atender à exigência do mercado?

Há cada vez mais indústrias de construção civil, mas tem de se apoiar, se não está condenada ao fracasso. Quando começámos a produzir perfis de alumínio, foi o ano em que a pauta aduaneira estava a rondar, para o direito alfandegário zero, para a importação dos perfis. Andámos dois e três anos a investir e a montar uma fábrica de alumínio em Angola e, quando começámos a produzir perfis, determinam a isenção. Isso é um exemplo de como o Executivo não protege as empresas. Ou seja, onde há produção local, deve-se criar medidas de protecção. E, de alguma forma, desincentivar a importação. Não sou a favor de se criarem monopólios. Não estamos num país com regras rígidas que se diga taxativamente que é proibido importar. Pode ser permitido importar com uma quota mais baixa ou então pagam-se direitos alfandegários. Se existe um direito alfandegário, mas, mesmo assim, ainda são atribuídas isenções, como é que se apoia a indústria local, dando tiro nos pés?

Genericamente, é uma fase difícil para os investidores...

Os investidores têm de ser muito corajosos e ter muita fé, quando o Governo não apoia a produção local. Criaram o programa Prodesi para substituir as importações por produção local e o alumínio nem sequer foi incluído.

Se houvesse oportunidade para investir noutra área, em que sector apostaria?

Em Angola, os sectores que têm maior potencial são os da pecuária e agro-alimentar. Há 30 milhões de pessoas para alimentar. E, daqui a alguns anos, vão ser 50. Angola tem de começar por baixo. Tem de definir políticas económicas com visão para o futuro.

Há pessoas desagradadas com o ambiente político, porque nada muda, as condições estão cada vez mais deterioradas.

Estou muito preocupado e apreensivo com o futuro de Angola.



zäp EMPRESAS

LIGADOS AOS NEGÓCIOS

Ligue-se ao sucesso.

Optimize o seu negócio com a **ZAP Empresas**.

Garanta que a sua empresa está ligada a uma rede de **internet Fibra de alta qualidade** com as velocidades mais rápidas do mercado, com soluções de gestão SD-WAN e a **melhor oferta de canais de TV**.

Contacte-nos e saiba mais sobre os nossos serviços.

Pequenas Empresas

Médias
& Grandes Empresas

Hotéis
& Hospedarias

APOIO AO CLIENTE +244 935 555 800 | suporte.comercial@zapempresas.co.ao

www.zapempresas.co.ao

Economia/Política



Mário Mijetes © VE

BNA nunciou
retrada das
licenças dos
bancos Mais
e Postal em
Janeiro de 2019

DEFESA DO BANCO MAIS PEDE AFASTAMENTO DO JUIZ

Liquidação de bancos encerrados pelo BNA encrava nos Tribunais

EXCLUSIVO. Mandatários argumentam que juiz da causa tem revelado “inimizade grave” contra o banco. Documento já se encontra na mesa dos superiores de Osvaldo Malanga. Processos de liquidação de bancos encerrados mantêm acesas as desconfianças de motivações políticas.

Por Redção

O processo de liquidação do Banco Mais, que resulta da declaração de falência decretada pela justiça, a pedido do Banco Nacional de Angola (BNA), conheceu um novo capítulo na última semana,

com a reclamação da defesa para o afastamento do juiz da causa.

O *Valor Económico* sabe que os mandatários do banco endereçaram um requerimento ao juiz da Sala do Comércio, Propriedade Intelectual e Industrial do Tribunal da Comarca de Luanda, com cópia para o juiz presidente da Comarca, em que levantam “incidente de suspeição” contra Osvaldo Malanga, acusando-o de “parcialidade” e de “inimizade grave” contra o banco.

No documento, que é remetido também à juíza chefe da 2.ª Secção da Sala de Comércio e ao magistrado do Ministério Público junto da mesma instância, os advogados argumentam que Osvaldo Malanga emitiu um despacho saneador, em Abril deste ano, em que, “de forma ostensiva e despudorada, falta inequivocamente com a verdade dos factos e das provas” constantes dos autos, com o objectivo de prejudicar “de forma dolosa” e “injustificada” o banco.

Entre os factos que “comprovam” a actuação “parcial” de Osvaldo Malanga, os representantes do Banco Mais apontam, como exemplo, o reconhecimento de um conjunto de créditos por alegadamente não terem sido impugnados, quando, na verdade, os referidos créditos foram alvo de contestação da defesa, com provas nos autos. Paralelamente, a defesa nota que o juiz de causa, por sinal o autor da sentença que determinou a falência do banco, decidiu marcar a audiência do julgamento, antes de responder às reclamações que foram apre-

A CONSULTORA Fitch Solutions reviu, esta segunda-feira, em forte baixa a previsão de evolução da economia de Angola, antecipando agora uma recessão de 1,5% este ano, antes de o país crescer 2,7% em 2022.



As origens do processo

No dia 4 de Janeiro de 2019, o BNA anunciou, em conferência de imprensa, a retirada da licença dos bancos Postal e Mais, em alegado cumprimento do Aviso 2/18, de 2 de Março, que exigia a elevação do capital social mínimo e dos fundos próprios regulamentares para 7,5 mil milhões de kwanzas. No mesmo dia, os bancos foram também notificados da execução da sentença, no âmbito da providência cautelar que lhes havia sido movido pelo BNA, representado pela Procuradoria-Geral da República. Transitado o processo para a fase de falência, cada banco apresentou os argumentos para contrariar a decisão que consideravam “viciada” do BNA, mas o juiz Osvaldo Malanga acabou por despachar a favor do regulador.

Além de terem descartado qualquer risco sistémico, ambos os bancos evocaram a violação do Aviso 2/18, de 2 Março, pelo próprio

BNA, uma vez que o instrutivo determinava, no seu n.º 6, que o seu incumprimento constituía “contravenção prevista e punível nos termos da Lei n.º 12/15, de 17 de Junho”. E, nos termos dessa Lei na altura, as contravenções eram puníveis apenas com multas, não dando lugar à perda da licença. Individualmente, o Banco Postal argumentou que tinha fundos próprios regulamentares positivos e “suficientes para cobrir todas as responsabilidades”, notando que o rácio de solvabilidade do banco, por exemplo, era de 67,51%, significativamente acima dos 10% exigidos pelo BNA, além do rácio de liquidez que estava nos 303%, o triplo do mínimo exigido pelo regulador na altura. Sobre os capitais regulamentares, a defesa do Postal evocava um plano, aprovado pelos accionistas e do conhecimento do BNA, que previa a injeção de 3.800 milhões de kwanzas para o seu cumprimento.

Quanto ao Banco Mais, a defesa lembrou que, cerca de duas semanas antes da retirada da licença, isto a 13 de Dezembro de 2018, o próprio BNA havia classificado o desempenho do banco, referente ao último trimestre desse ano, como globalmente “bom”. E recordou que os accionistas haviam submetido um plano de aumento de capital para os 12.500 milhões de dólares, por via da alienação de 60,80% do capital do banco, o que foi recusado pelo BNA. O banco argumentou ainda que, a 31 de Dezembro de 2018, tinha os activos superiores ao passivo e que jamais deixou de cumprir com as suas obrigações, face aos clientes, além de o perito contabilístico da Ordem, que assistiu o processo, nunca ter concluído pela falência do banco.

Apesar de todos os argumentos da defesa, o Tribunal decretou a falência dos dois bancos, abrindo caminho para a fase de liquidação.

tiva do juiz Osvaldo Malanga”, no processo de liquidação dos autos de falência do Banco Mais.

DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

A decisão do BNA de encerrar os bancos Mais e Postal não escapou de leituras que a associaram a motivações de natureza de política. Além da colagem que se fazia, na praça pública, dos bancos a filhos do ex-Presidente da República, vários observadores apontam o caso de outras instituições que se encontravam em situação pior, como o BANC, que não tiveram o mesmo tratamento do regulador, nas mesmas condições. Ao contrário dos primeiros, o BANC já acumulava um histórico de “graves problemas técnicos” e “deficiências no modelo de governação”, como assinalou o próprio BNA, por altura do encerramento do banco, um mês após a retirada da licença do Mais e do Postal. Mais do que isso, o BANC, em finais de 2017, já apresentava fundos próprios negativos de 5.800 milhões de kwanzas. Já, em finais de 2018, o ‘buraco’ teria crescido para 50.000 milhões de kwanzas.

As diferenças entre o Postal e o Mais, face ao BANC, também foram assinaladas nas respectivas sentenças de falência em que, no caso deste último, o juiz acabou por condenar os administradores por “gestão danosa”.

Fontes próximas ao Banco Postal que acompanham o processo notam também o facto de o Ministério Público nunca ter conseguido fundamentar, no Tribunal, as decisões do BNA que conduziram ao pedido de falência. “Chegaram a dizer-nos que não queriam saber; que estavam a corrigir o que estava mal e a melhorar o que estava bem”, conta uma fonte, referindo-se a intervenções de magistrados do Ministério Público.

Mais recentemente, as declarações do governador do BNA, José de Lima Massano, que não excluía o banqueiro Álvaro Sobrinho entre os prováveis futuros accionistas do Banco Económico, voltaram a levantar suspeitas de arbitrariedades na gestão da banca, especialmente em relação ao dossiê dos bancos encerrados, em que acabou incluído também o Banco Kwanza Invest.

sentadas contra o despacho saneador, violando “flagrantemente” o disposto nos artigos 1231.º e 511.º do Código do Processo Civil. Fonte próxima ao processo garante que o julgamento, marcado para 21 de Outubro, só não ocorreu porque Osvaldo Malanga foi antes alvo de um processo disciplinar instaurado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ). Reunida na manhã de 12 de Outubro, a Comissão Permanente do CSMJ decidiu suspender Osvaldo Malanga por 120 dias. E, segundo apurou o *Valor Económico*, o processo disciplinar está relacionada com alegadas “condutas irregulares” de Malanga no julgamento do caso BANC, instituição bancária igualmente encerrada pelo BNA.

No caso do Banco Mais, entre as reclamações apresentadas contra os vários despachos do processo, além dos créditos impugnados que o juiz deu como não impugnados, a defesa evoca repetidas vezes a extinção de determinadas instâncias, por incumprimento de uma exigên-

Juiz não leu o processo

No requerimento em que solicita o afastamento do juiz da causa, a defesa do Banco Mais argumenta que Osvaldo Malanga produziu um despacho saneador, como se não tivesse lido ou como se não conhecesse o processo, “ou como se o despacho saneador tivesse sido proferido com base em elementos de prova de um outro processo que não o da liquidação do falido”.

Os advogados recordam que Osvaldo Malanga foi o mesmo juiz autor da sentença que declarou a falência do banco, a 17 de Outubro de 2021, pelo que questionam o facto de terem passados dois dias, face à data de apresentação do requerimento do seu afastamento do processo.

Prejuízos à massa falida

Os mandatários do Banco Mais observam, no requerimento em que pedem a substituição de Osvaldo Malanga, que a massa falida é a principal prejudicada nos autos de liquidação, arguindo com a depreciação dos bens que acabam por ser vendidos a preços mais baratos.

Fontes bancárias que acompanham o processo de liquidação dos bancos encerrados pelo BNA questionam o facto de o juiz Osvaldo Malanga concentrar justamente todos os processos dos bancos nessa condição, levantando suspeitas de eventuais atropelos nos procedimentos de distribuição dos casos do Tribunal.

cia do Tribunal, publicada a 13 de Maio de 2020 no Jornal de Angola. Na altura, o Tribunal fixou um prazo de 10 dias para que todos os que reclamassem créditos superiores a 704 mil kwanzas constituíssem mandatários e juntassem as reclamações aos autos. Os eventuais reclamantes ficaram também obrigados a tratar do preparo judicial, “sob pena de ser declarada extinta a instância”, conforme estipulado no artigo 134.º do Código das Custas Judiciais. E, segundo a defesa, que argumenta com as provas nos autos, várias entidades públicas e privadas que, entretanto, passaram a reclamar créditos não observaram os prazos fixados no despacho, pelo que deviam ser considerados como instâncias previamente extintas. “Ao contrário de qualquer interessado, é o juiz que está a praticar, reiterada e injustificadamente, actos prejudiciais no processo, por razões e fins desconhecidos, mas que são ostensivamente ilegais”, refere a fonte, que reitera o pedido de “substituição defini-

Economia/Política



DESPACHANTES TAMBÉM TÊM A 'CORDA NA GARGANTA'

Importadores e agências de navegação sufocam transitários

LOGÍSTICA. Importadores são acusados de se aproveitarem da queda das importações para ditarem preços, enquanto agências marítimas são contestadas por entrarem no negócio de transitário.

Por César Silveira

As empresas nacionais de transitários têm estado a enfrentar “sérias dificuldades”, devido à queda das importações e face ao “aproveitamento dos importadores”, além da “concorrência desleal” das principais empresas de navegação marítima.

Segundo apurou o *Valor Económico*, a dominarem o mercado, os importadores estrangeiros de origem indiana, chinesa e eritreia têm estado a impor preços aos transitários abaixo do estipulado por lei que determina entre 1% e 4% dos honorários.

“Nos últimos tempos, os importadores chegam com processos, por exemplo, de 30 e/ou 5 contentores e querem pagar 50 ou 100 mil kwanzas”, conta um dos vários transitários a este jornal.

Além de imporem os preços, muitos importadores estão a criar

empresas próprias de transitário, reduzindo ainda mais a margem de manobra das empresas que já enfrentam a concorrência das principais agências marítimas de navegação, que também criaram transitários, “aproveitando-se da fragilidade do mercado”.

Empresas como a Maersk, Orey e a MSC passaram a ser os principais concorrentes das empresas nacionais de transitário. E, segundo vários operadores, aproveitam-se da condição de agências de navegação para ‘prender’ clientes em troca do não pagamento da caução pela estadia do contentor.

Por regra, os importadores de cargas contentorizadas pagam caução de 1.000 dólares, pelo contentor de 20 pés, e 2.000 dólares pelo contentor de 40 pés, para um período de 15 dias, findos os quais passam a ser cobrados.

Com o objectivo de angariar clientes, os transitários das empresas de navegação não cobram esta caução nem o custo pela eventual estadia do contentor, depois dos 15 dias, aos importadores que se tornam clientes das suas empre-

sas de trânsito. “É uma concorrência desleal, aproveitam-se das fragilidades do mercado”, insiste um dos transitários.

ASSOCIAÇÃO ACUSADA PARCIALIDADE

Apesar da existência de uma associação dos transitários, um grupo de empresas e indivíduos que exercem a profissão também pondera avançar com a criação de uma segunda??? por entenderem que a existente “apenas defende os interesses” das empresas criadas por estas agências.

“No limite, é uma associação que pode ser considerada como sendo das empresas estrangeiras que exercem a actividade em Angola e, na maioria, são as empresas criadas pelas agências de navegação. Só para ter uma ideia, cobram 1.000 dólares de quota mensal”, refere um dos operadores.

O *Valor Económico* contactou a referida associação, através da empresa que exerce o cargo de vice-presidente, mas, depois das duas primeiras abordagens e promessa de falar nos dias seguintes,

deixaram de atender os telefonemas, passando-se mais de três semanas.

COM OLHOS NOS TRANSPORTES

Depois de quase conquistarem o mercado de transitários, as agências marítimas começam a entrar no transporte de mercadoria, segundo denúncias de diversos players. “Da mesma forma que entraram no transitário, começam a entrar nos transportes. Como têm muito dinheiro, querem ficar com a cadeia toda e vão criando muitas dificuldades às empresas nacionais”, alerta um operador, acrescentando que os despachantes também “têm sido vítimas” do quase domínio da actividade de transitário por parte das agências.

“Os importadores, por exemplo, não são obrigados a passar pelo transitário. Podem ir directamente ao despachante, mas, com eles a fazerem a pressão, todos os grandes importadores sentem-se obrigados a trabalhar com as empresas destas agências que têm um número limitado de despachantes com que trabalham”, lamenta.

DESPACHANTES TORNAM-SE ‘TRABALHADORES’

Face às dificuldades impostas pela redução das importações, muitos despachantes se tornaram praticamente empregados dos importadores. O antigo presidente da Câmara dos Despachantes de Angola, Pedro Bequengue, confirma ao *Valor Económico* o fenómeno, classificando-o como “anti-deontológico”.

“Não é que sejam trabalhadores, mas muitos, para não perderem um bom importador, passaram a trabalhar nos escritórios destes quando deveriam ter a sua banca e serem os importadores a ir ter com eles”, explica, acrescentando que a situação também decorre da falta de estatutos da actividade dos despachantes. “Com estatutos, a ordem teria autonomia para julgar os associados, mas não é o que acontece hoje. Informa-se à alfândega e espera-se pelo julgamento desta e, por isso, vão ocorrendo estas situações”, explica, lembrando que, desde 2016, que foi entregue a proposta dos estatutos, mas as autoridades não a aprovam.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Economia/Política



Restaurantes culpam operações policiais pela falta de clientes.

TURISTAS FOGEM ÀS OPERAÇÕES 'STOP' E AOS ASSALTOS

“Dupla pandemia” de polícias e covid-19 ‘mata’ negócios na Ilha de Luanda

CRISE. Manter as portas abertas de restaurantes e bares tem sido uma ‘grande guerra’ diária na Ilha de Luanda. Gestores relatam dias agonizantes não só causados pela pandemia, mas também pelas constantes operações policiais à porta dos estabelecimentos que afugentam clientes e atiram muitos à falência.

Por Guilherme Francisco

O clima de negócio na Ilha do Cabo está em queda, influenciado, entre outros factores, pelas operações ‘stop’ que afugentam turistas nacionais e estrangeiros. Gestores de estabelecimentos ligados à restauração sobrevivem a enfrentar, o que chamam, “uma dupla pandemia” (a da covid-19 e das operações ‘stop’). Duas ‘pandemias’ que, cada vez mais, os sufocam e fazem com que, na luta pela sobrevivência, o despedimento seja a opção. É o exemplo do conhecido restaurante Fininho e do bar e discoteca D Cigars Lounge. Juntos já desfizeram, só este ano, 22 contratos. “Os clientes convivem preocupados porque eles põem a barreira à entrada. Anteriormente, na sexta-feira, tínhamos muitos clientes, agora fico aqui à espera que um chegue. Os clientes pensam muito para vir aqui, pre-

O PRESIDENTE João Lourenço aprovou financiamento de cerca de 30,335 milhões de dólares com a empresa chinesa CATIC para o contrato de extensão dos serviços de assistência técnica aos equipamentos e meios militares da força aérea.



ferem outro sítio em que fiquem mais à vontade. Sendo uma área turística deveria haver dias para operações, agora acontece todos os dias”, lamenta Carla Bumba, uma das gestoras.

Na mesma condição, o estabelecimento de Valter Mussinda, nesta fase, regista uma perda de clientes de 90%, salientando que se está a “despedir muita gente” para a empresa “sobreviver”.

Adilson Lopes, sócio-gerente da Malibu Beach, arranhou uma solução para os clientes que não prescindem de consumir bebidas alcoólicas. Contratou uma empresa de aluguer de táxi. Mas, ainda assim, as barreiras policiais tiram os clientes do principal ponto turístico da capital. “Tem prejudicado muito o nosso negócio. O estrangeiro ou nacional que quer fazer turismo vem aqui, para fazer praia, beber uma cerveja. As operações provocam quedas nas receitas. Basta montar a operação à entrada, os clientes não entram nos restaurantes, assim não sobrevivemos. Há muitas famílias que dependem destes empregos, se não temos clientes, reduzimos os trabalhadores e não contribuimos para a economia”, observa.

Com menos de um ano com as portas abertas, o empresário lamenta ter “muito azar.” A esta situação, juntam-se as restrições às praias impostas pelas medidas de combate à covid-19. “Está muito difícil gerir um restaurante que tem como atractivo as praias, é muito complicado”, sublinha. No entanto, Adilson Lopes insiste em não baixar os braços: “Estamos a fazer esforços para pagar salários, ter um restaurante à beira-mar é muito dispendioso. É muito difícil, porque os governantes não deram conta que a ilha vive de turistas.”

É notável o fraco movimento na zona que já foi a predilecta de muitos angolanos, mas sobretudo de estrangeiros, além do encerramento de bastantes estabelecimentos. Em pleno cair da noite de sexta-feira para sábado, havia restaurantes que somente tinham um a dois clientes, sobretudo os mais modestos. Por exemplo, no Mar Terra, no Ponto Final, o gestor sentiu-se obrigado a romper contratos com parceiros e com a maior parte dos empregados. “De segunda a sexta-feira, é uma grande luta”, descreve Deodato de Sousa.

Com três restaurantes na Ilha, o grupo Lookal também sente os efeitos da pandemia e das operações, principalmente na gestão do Lookal Beach Club, inaugurado há pouco menos de um ano. O gerente Pedro Lopes regista uma queda de 40% na facturação e declara que as restrições o obrigam a trabalhar apenas para pagar contas. Também considera as operações policiais uma

“outra pandemia” que enfrentam diariamente, apontando como a principal razão para a fuga de clientes. E acrescenta uma barreira ainda maior: o aumento do número de assaltos.

“Quando a polícia está toda no mesmo sítio, acaba por não ver o que se passa noutros. É complicado, as operações diárias acabam por prejudicar muito”, afirma, sugerindo a criação de directrizes dentro da polícia e do Governo, que possam tratar de forma diferenciada os condutores nesta zona turística.

Sem retorno dos sucessivos investimentos para aguentar a fase conturbada, Sheila Lourenço, gerente do Miami Beach, lamenta, ao assistir a muitos espaços a fecharem portas. “Os restaurantes que sobrevivem são os que têm bases de investimento, alguns abriram há dois anos e hoje estão encerrados porque não aguentam a pressão”, sublinha.

Sheila Lourenço lança críticas ao que chama “forte ataque” aos automobilistas, comparando com índice de delinquência que tende a aumentar e que afugenta os turistas. “As pessoas pensam duas vezes para vir cá, houve situações de clientes que foram parados duas vezes, é desconfortável”, lamenta.

Pedro Godinho, proprietário do Jango Veleiro, classifica estas operações como um “combate cerrado ao desenvolvimento da ilha”. Não compreende se “a ilha é essencialmente turística”, por que razão os turistas são impedidos de desfrutar do que os restaurantes oferecem. Há 35 anos na

Ilha, já foi testemunha do grande movimento que a zona teve ao longo dos anos. Hoje, confessa sentir-se “triste”, ao ver vários restaurantes, bares e discotecas fecharem portas. “Todas as casas estão a ir à falência, a economia da ilha acabou, os jovens estão a ir ao desemprego”, lamenta.

HOTÉIS E HOSPEDARIAS RESSENTEM

Os poucos hotéis que resistem enfrentam problemas maiores. A taxa de ocupação baixou drasticamente. É o caso do hotel chinês Chez Wou, que tina somente um hóspede na última sexta-feira, 22. Chegou a ter mais de 100 por dia. Uma queda que também influenciou a redução em mais de 70% do número de funcionários e o encerramento do restaurante. Na mesma situação, encontra-se a hospedaria Mar Azul, próximo a um outro cartão postal da ilha: a Floresta. Aqui, os clientes, geralmente, são turistas que passam o fim-de-semana na zona. Também foi obrigado a encerrar o restaurante e, enquanto o movimento continua fraco, aproveita para traçar novas estratégias e requalificá-lo.

AHARA REITERA TRATAMENTO DIFERENCIADO

O presidente da Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (Ahara), Ramiro Barreira, defende a implementação de gestão e tratamento diferenciado para a Ilha de Luanda. Explica que se tem vivido “uma situação complicada” e revela que já foi apresentada uma proposta às autoridades, mas que ainda não teve qualquer efeito. Por isso, entende que falta sensibilidade por parte de quem trata do turismo. “A ilha deve ter um tratamento especial, como uma zona turística, em termos de segurança e ordenamento. Temos de transformar a ilha numa zona de importância estratégica em termos turísticos. Toda a gente não pode viver na ilha, há grupos marginais a viverem na floresta, onde ninguém controla”, nota.

Barreira lembra que Luanda não dispõe de um serviço de táxi eficaz para “dar curva” às barreiras policiais. E assinala que o actual cenário tem afastado turistas estrangeiros que vinham passar o fim-de-semana a Angola, sobretudo provenientes do Senegal, Congo e Nigéria.

90

Porcento, taxa de perda de clientes de alguns restaurantes.

40

Porcento, corresponde a queda da facturação de alguns estabelecimentos.

Polícia promete sensibilizar

O *Valor Económico* apurou que, recentemente, os empresários se reuniram-se com o comandante da Polícia Nacional, demonstrando o desagrado pela intensificação das operações ‘stop’. A polícia prometeu pautar-se por uma conduta mais de sensibilização e combater os assaltos e o vandalismo a viaturas. Até ao fecho desta edição, o Comando de Luanda não respondeu às questões do jornal. Um oficial superior da corporação defende, no entanto, que a Polícia “só tem feito cumprir a lei”.

O novo Código Penal, que entrou em vigor em Fevereiro, proíbe expressamente o exercício da condução em estado de embriaguez. Mas reduziu o limite permitido. A lei considera estado de embriaguez e impede a condução a quem tenha um miligrama de álcool no sangue, o que pode acontecer no consumo, por exemplo, de meio copo de cerveja. A lei revoga a previsão constante no actual Código da Estrada, que, até então, proibia a condução com uma taxa de 1,2 gramas de álcool no sangue. Ou seja, o código penal reduziu para 0,001 grama.



Mercados & Negócios



Santos Sammassica © VE

COM OS 'OLHOS' POSTOS NA EXPORTAÇÃO

Fabrimetal aumenta produção

INDÚSTRIA. Capacidade da empresa deverá passar de 12 para 15 mil toneladas/mês, com a abertura de uma nova fábrica. Procura pelos seus produtos recuou, no entanto, cerca de 60%.

Por Redacção

A

Fabrimetal prepara-se para, no final do ano, inaugurar uma nova linha de produção como resultado de

um investimento de 21 milhões de dólares que permitirá aumentar a capacidade de produção para 15 mil toneladas/mês, em vez das actuais 12 mil toneladas mensais.

Luís Diogo, director-geral da empresa, explica que o aumento da produção “provém da instalação de um novo forno, como parte integrante do projecto de reinvestimento iniciado em 2019 e, agora, materializado”.

Este aumento ocorre no momento em que, internamente, o nível de procura pelo ferro e outros produtos da fábrica andam 60% abaixo dos anos anteriores. “O mercado interno reduziu muito a capacidade de absorção, este mer-

21

Milhões de dólares, investimento da Fabrimetal na nova linha de produção

cado já consumiu 25 mil toneladas por mês, neste momento, segundo as nossas estimativas, deve consumir cerca de 10 mil toneladas por mês”, estima o responsável, que justifica uma maior aposta na exportação. No ano passado, por exemplo, a fábrica exportou cerca de 19,5 mil toneladas.

“Não tivemos os mesmos valores de facturação, obviamente. Quando é exportado, tem de se vender a um preço menor, atendendo à conjuntura internacional, tem de estar ao nível daquilo que os outros ven-

dem. Mas serviu para respirarmos por cima da água, não nos afogámos, graças a Deus”, adiantou, estimando que, em 2020, a exportação tenha representado cerca de 20% da receita da empresa.

O Senegal tem sido o maior destino das exportações, absorvendo, nos últimos dois anos, uma média de 10 mil toneladas, seguindo-se a República Democrática do Congo, com oito mil toneladas, e o Mali com cinco mil.

Por outro lado, o gestor queixava-se da concorrência desleal motivada pela implementação do IVA de forma faseada, visto que muitos revendedores de ferro e aço “são operadores que normalmente estão enquadrados no regime simplificado ou no regime de isenção, não liquidam o IVA, comparativamente a uma empresa como Fabrimetal, que se encontra no regime de geral”.

Constituída em 2006, a Fabrimetal produz de varões FM TMT® (tratamento termo-mecânico) e varões de aço.

JLO DESTACOU INAUGURAÇÃO

Hotel Intercontinental sem horizonte de arranque

HOTELARIA. Gestão diz que tudo pode acontecer entre Novembro e Dezembro, mas sem datas precisas. Presidente da República mencionou o hotel entre as realizações de 2020, mas os 900 empregos prometidos pelo Presidente continuam uma miragem.

A

inda não há uma data fixa para a entrada em funcionamento do Hotel Intercontinental, inaugurado pelo Presidente João Lourenço, no ano passado, em Luanda, na esteira dos 45 anos da Independência Nacional. Fonte do grupo empresarial envolvido na gestão desta unidade hoteleira, com categoria de cinco estrelas, disse ao Valor Económico que “não há um dia certo”, remetendo a possível abertura ao público para Novembro ou Dezembro próximos. Ao mesmo tempo, garantiu estar já terminada a primeira fase do recrutamento de pessoal, apesar de não avançar o número de postos de trabalho inscritos. “Mesmo que a listagem e a triagem dos funcionários não estejam concluídas, o melhor é que os equipamentos para o arranque já estão montados”, asseverou a fonte.

Por altura do discurso sobre o ‘estado da Nação’, João Lourenço referiu-se a esta unidade hoteleira como um dos marcos importantes da hotelaria. “No domínio da hotelaria, destaca-se a inauguração do Hotel Intercontinental, na cidade de Luanda, garantindo emprego a jovens angolanos que se encontram em fase de formação”, referiu.

O Presidente não avançou mais detalhes, saltando, de seguida, para o turismo que, na sua óptica, se terá destacado com o lançamento da campanha promocional e de sensi-

bilização ‘Juntos e todos pelo turismo’ e com a reestruturação e promoção dos Pólos de Desenvolvimento Turístico do Cabo Ledo e da Bacia de Okavango, “definidas como prioridade”. Lourenço incluiu também nos destaques a assinatura, em Washington, EUA, do memorando de entendimento entre o Ministério do Turismo e o Africa Parks, “para a exploração e conservação dos parques do Luengue-Luiana e Mavinga, no Cuando Cubango”, com o objectivo de atrair o turismo de safari e de observação de espécies raras de animais e de plantas existentes em Angola.

Em 2020, por altura da inauguração do Intercontinental, no Miramar, o Presidente anunciou que o hotel deveria garantir cerca de 900 empregos. Acabaram, contudo, por ser disponibilizadas apenas 85 vagas para a fase inicial, com a garantia de mais 150 no arranque. Estas vagas resultariam da inscrição na base de dados de 23.872 candidatos, tendo sido seleccionados 3.597 interessados. Os processos seguintes seriam também anunciados, o que, no entanto, ainda não aconteceu.

O Hotel Intercontinental de Luanda faz parte de uma marca de luxuosos hotéis, fundada pela Pan American World Airways, sob comando de Juan Trippe, e agora pertencente à InterContinental Hotels Group. A cadeia opera mais de 200 hotéis e resorts em aproximadamente 75 países. O grupo opera desde 1946, quando o primeiro hotel abriu em Belém, no Brasil.

A UNITEL VAI ESTAR presente na cimeira tecnológica mundial, Web Summit 2021, a decorrer de 1 a 4 de Novembro, em Lisboa, e estará acompanhada das Startups angolanas vencedoras da edição 2021 do UNITEL Go Challenge, realizada no dia 01 de Outubro.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 'CATERING'

Epal acusada de se recusar a pagar dívida de 376 milhões kz

COMÉRCIO. Diferendo já dura quase cinco anos. Sócios encerraram a empresa devido às dificuldades. 80 trabalhadores foram dispensados. Epal reconhece dívidas, admite resolvê-las, mas exige um "acerto de contas".

Por Isabel Dinis

A Belibe, uma empresa de prestação de serviços, acusa a Empresa Pública de Águas de Luanda (Epal) de se recusar a pagar uma dívida de 376 milhões de kwanzas, referentes a serviços de 'catering' fornecidos entre 2012 e 2017.

Belmiro Culita, director geral da empresa, explica que, do montante global, 38 milhões são referentes à Babuila, a empresa que antecedeu à Belibe.

Segundo consta, o contrato com a Belibe vigorou de 2013 a 2017, ao passo que a prestação de serviços por parte da Babuila à Epal "era apenas por encomendas esporádicas", feitas ao longo de 2012.

Em 2013, Belmiro Culita e o seu sócio criaram a Belibe para se dedicar exclusivamente a prestar serviços à Epal. E em Janeiro desse mesmo ano foi firmado um contrato com a empresa pública, para a gestão da cozinha, na antiga sede no Kikuxi, que previa servir quase dois mil trabalhadores.

Em declarações ao Valor Económico, Belmiro Culita e Domingos Ngola acusam agora a Epal de nunca ter honrado o contrato desde o início da prestação de ser-



viços em 2012.

No contrato, ficou definido que a empresa pública tinha de fazer um desconto a cada trabalhador pela alimentação e este valor iria para a uma conta de três em três meses, mas nada foi cumprido. "Nunca fizeram o depósito para

gerirmos. O problema começou aí. Todas as compras de alimentos eram connosco, porque eles pagavam as facturas com atrasos. Tínhamos a confiança de que estávamos a lidar com uma empresa pública e idónea", explica Belmiro Culita.

O processo que se seguiu de

várias negociações não gerou consensos e a Epal passou, entretanto, a exigir que os empresários demonstrassem que tinha mesmo havido a prestação de serviços. "Sempre funcionamos lá dentro. E só isso já é sinal de alguma coisa. Notamos que havia necessidade de desacre-

ditar o trabalho", refere o director da Belibe, notando que tiveram de recorrer à assistência jurídica. "Mas, ainda assim, não foi dada a solução. Já vamos no terceiro conselho de administração. Negociámos com todos. Todos os dados foram disponibilizados. Mas não percebemos o porquê de não resolverem", lamenta.

A Belibe foi obrigada a dispensar os 80 trabalhadores e a empresa foi acumulando dívidas com os funcionários e com o fisco, o que levou os sócios a decidirem pelo seu encerramento em 2018.

EPAL RECONHECE DÍVIDAS

Em resposta ao Valor Económico, a Epal confirma que deve 329,2 milhões de kwanzas, referentes aos serviços de catering, contudo afirma que o valor apresentado, referente à Babuila, "não condiz" com o seu saldo de conta.

A estatal garante que "sempre esteve disponível para solucionar esta questão de forma amigável", vontade alegadamente expressa numa carta enviada à Belibe a 1 de Março deste ano.

Notando que a última reunião de conciliação de saldos ocorreu a 23 de Setembro, a Epal afirma-se interessada em solucionar a situação "de forma amigável, por via de amortizações, sem descartar a possibilidade de reaver o património utilizado pela empresa Belibe durante o período da prestação de serviços". A empresa pública antecipa que vai solicitar um encontro para a avaliação do património utilizado pela Belibe, que inclui uma cozinha industrial, totalmente equipada com câmaras frigoríficas, louças e talheres diversos, duas viaturas e três motorizadas equipadas para o transporte de refeições e propor prazos para a amortização da dívida.

No entanto, para os sócios da Belibe, o facto de a Epal tentar ajustar as contas são apenas "manobras". Os gestores entendem que apenas podem fazer um "ajuste" com os dois carros que foram cedidos para que a empresa utilizasse enquanto geria a cozinha. E explicam que a cozinha e a louça foram deixadas na sede da Epal, tendo sido vandalizadas. "A única dívida que assumimos é a das viaturas e estamos dispostos a deduzir no valor. A Epal nunca pagou a manutenção da cozinha. Nós fazíamos a manutenção do espaço. Eles nunca fizeram. Fizemo-lo para fazer honrar com o compromisso", assegura.

DE JURE

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DA HUÍLA

Juíza ordena detenção de ex-gestor

Foi ordenada, a detenção de Manuel Sahando Neto, ex-diretor-geral do Instituto Superior Politécnico da Huíla (ISPH), por não ter comparecido na primeira audiência de julgamento, devido a um processo em que é acusação de peculato. Sobre o acusado, pesa a suspeita de desvio de 50 milhões de kwanzas entre 2011 e 2015, para a compra de equipamentos para a montagem de nove laboratórios.

Segundo a juíza Edna Bebeca, que decretou a medida, a presença do arguido na sessão de julgamento, adiada para a próxima quinta-feira, 28, “é obrigatória”, em cumprimento do artigo 379 do Código Penal, porquanto a produção de prova sem a presença do réu “põe em causa a justiça”.

É assim que a juíza notifica o

Ministério Público a levar o réu sob custódia na próxima data, salvo se existirem “razões ponderadas e justificadas não verbalmente”.

O advogado justificou a ausência do constituinte por estar a recuperar de um AVC (Acidente Vascular Cerebral), desde 2017, estando a receber tratamento domiciliar.

Dois empresários, na condição de declarantes, que teriam recebido a verba para a compra dos equipamentos, mas que não foi materializada, estão igualmente arrolados no processo que começou a ser investigado em 2017. Manuel Neto foi director-geral do ISPH de 2011 a 2015, uma unidade orgânica da Universidade Mandume Ya Ndemofayo. Os cursos de Engenharia de Construção Civil, Engenharia Mecânica e Geologia e Minas no ano académico 2021/2022 no ISPH foram suspensos devido à falta de docentes e de laboratórios.



CONTRA O ESTADO CABO-VERDIANO

Processos avaliados em mais de 70,4 milhões USD

O Ministério Público de Cabo Verde avalia em mais de 60 milhões de escudos (mais de 70,4 milhões de dólares) cerca de 250 processos contra o Estado no último ano tramitados pelos tribunais de primeira instância. De acordo com o relatório anual sobre a situação da Justiça, referente ao ano judicial 2020/2021 (01 de Agosto a 31 de Julho), elaborado pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) daquele país lusófono, em matéria de contencioso foram tramitadas a nível nacional, neste período, 257 acções cíveis e administrativas intentadas contra o Estado, equi-

valente a mais 8% face ao ano judicial anterior (238). Os valores totais dessas acções ultrapassam os 70,4 milhões de dólares, menos 38,2% quando comparado ao valor total do ano judicial 2019/2020, que ultrapassou então os 113 milhões de dólares.

Do total das acções tramitadas, 60,3% correm nos quatro juízos cíveis do Tribunal Judicial de primeira instância da Comarca da Praia, seguido da Comarca de São Filipe, com 13,2%, atesta o relatório do MP, que assegura a defesa do Estado nestes processos.

“Cumprе frisar, relativamente ao contencioso do

Estado e na defesa dos direitos e interesses patrimoniais do Estado nas acções cíveis e administrativas, que a situação descrita nos últimos relatórios não sofreu mudanças dignas de se assinalar. Mesmo após a publicação da Resolução n.º 9/2017, que atribuiu a cada departamento governamental a responsabilidade de disponibilizar directamente ao Ministério Público os documentos e informações necessários à preparação da defesa do Estado, permanecem atrasos substanciais na disponibilização dessas informações e documentos”, lê-se no relatório.

QUATRO ÚLTIMAS DÉCADAS MOSTRAM CRESCIMENTO ASIÁTICO

China domina o comércio internacional

Em quatro décadas, o mundo dos negócios praticamente não mudou. EUA, Alemanha, França, Reino Unido e Japão dominaram o comércio internacional. Mas, nos últimos 10 anos, assiste-

-se ao 'boom' chinês. Na década de 1980, a China nem figurava na lista dos primeiros países exportadores. Hoje, lidera a tabela com a particularidade de ser mais exportador do que importador, ao contrário do que acontece com os 'rivais' EUA, Alemanha e Japão.

Os japoneses chegaram ao topo

da lista, entre os '5 Mais', na década de 1990 e nunca mais largaram a tabela, por força do comércio automóvel e das novas tecnologias. A década de 1990 fica ainda marcada por dois grandes acontecimentos que tiveram influência directa no número de exportações: o salto económico de países asiáticos, em

particular, Singapura e Coreia do Sul, e a abertura ao mercado da Rússia, depois do fim da União Soviética. Os russos chegaram a ocupar os 10 primeiros lugares e, com algumas variações, aguentaram-se, mas estão em 'queda livre'.

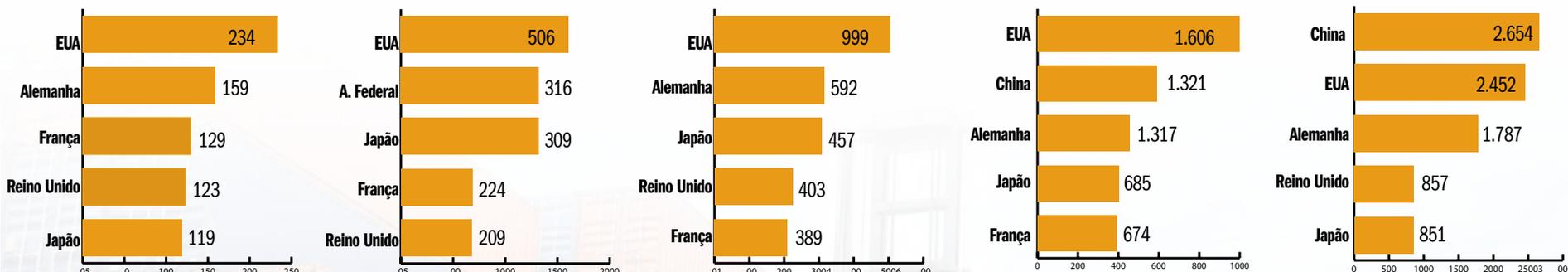
Ainda na década de 1990, surge a pequena ilha de Hong-Kong, a

chamada China capitalista, que 'salta' 10 posições, em 40 anos. Em 1980, era o 17.º Estado mais exportador. Este ano, é o 7.º.

Por continentes, a Europa tem 10 países entre os 20 mais exportadores, a Ásia seis, a América três, o Médio Oriente um e África nem aparece na lista

Países mais exportadores (valores em mil milhões de dólares)

1980 1990 2000 2010 2020



(In)formalizando



PARA 2022

SEA prepara lançamento da feira de investidores angolanos

A plataforma Sociedade de Engenheiros e Arquitectos Angolanos (SEA) fará, no primeiro semestre de 2022, o lançamento da primeira feira de investidores angolanos, que irá acolher empresas, instituições de ensino e pessoas individuais.

De acordo o director-geral e fundador da organização, Martins Fabião, o certame servirá para cada um dos expositores apresentar os produtos e serviços, de forma a aumentarem as redes de contactos.

Martins Fabião adiantou, no entanto, que, antes da realização do certame, a SEA irá colocar à disposição de todos os interessados uma série de actividades, de modo a que todos estejam preparados para as principais oscilações do mercado.

A instituição/plataforma especializa-se na partilha e troca de conhecimento técnico-científico, na promoção e divulgação da engenharia e arquitectura em Angola, e funciona como mediador entre os engenheiros e arquitectos renomados e a comunidade científica e académica, ten-

ciona, além da feira, criar mais programas relacionados com o empreendedorismo, engenharia e arquitectura.

A SEA foi criada a 22 de Setembro de 2020, já realizou cerca de 15 actividades, desde as online às presenciais, com destaque para a mesa-redonda sobre a 'situação real das bacias hidrográficas de Luanda VS Rio Luanda', além da venda do livro 'Subsídios e Contribuições para a Melhoria do Ensino de Engenharia em Angola', do engenheiro angolano Jorge Rufino.

Por Pedro Nvakata

PRODUÇÃO DE AZEITONAS

Projectos avaliados em mais de 1,5 milhões USD fracassam no Namibe

Os projectos de produção de azeitona de mesa e azeite, instalados no Namibe, continuam a aguardar por bons tempos, para se fazer a primeira colheita, sendo que alguns produtores já começaram a mudar para as uvas de mesa e de vinha.

No vale do rio Bero, funcio-

navam dois projectos, Soazeites Lda e M. Múrias-Agricultura e Indústria Lda, tendo este último sido lançado em 2006, com um investimento de 1,5 milhões de kwanzas. Dez anos depois, isto em 2016, surgiu, na capital do Namibe, a fazenda 'Simão Cruz', que contava com um espaço de 20 hectares para o cultivo de oliveiras.

Contam os gestores do projecto que fizeram a compra

de 14.400 árvores de oliveiras, de origem italiana, na vizinha África do Sul, entretanto, nenhuma produziu, o que provocou prejuízos na ordem 72 mil dólares.

Apesar dos constrangimentos, alguns dos empresários não baixaram os braços e garantem que, em algum momento, as oliveiras vão produzir frutos.

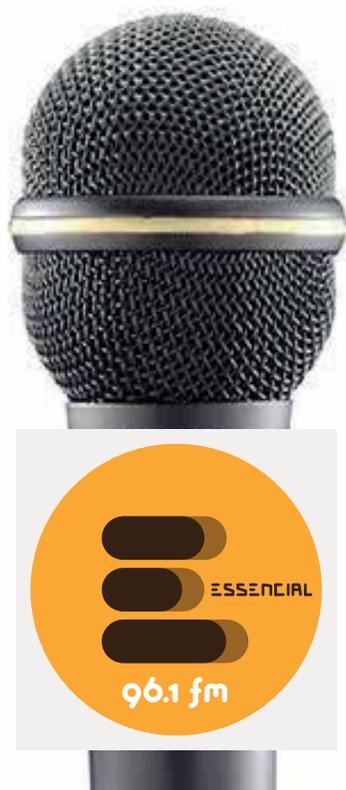
Já o director da fazenda do centro prisional do Ben-

tiaba – pertencente ao Serviço Penitenciário do Namibe – subcomissário prisional José Teixeira refere que, apesar da produção de azeitona estar interrompida há dois anos, os produtores da instituição estão a fazer os trabalhos de recuperação de 980 árvores, que poderão ser replantadas depois da chegada de uma equipa que será especializada em Portugal, nos próximos tempos.

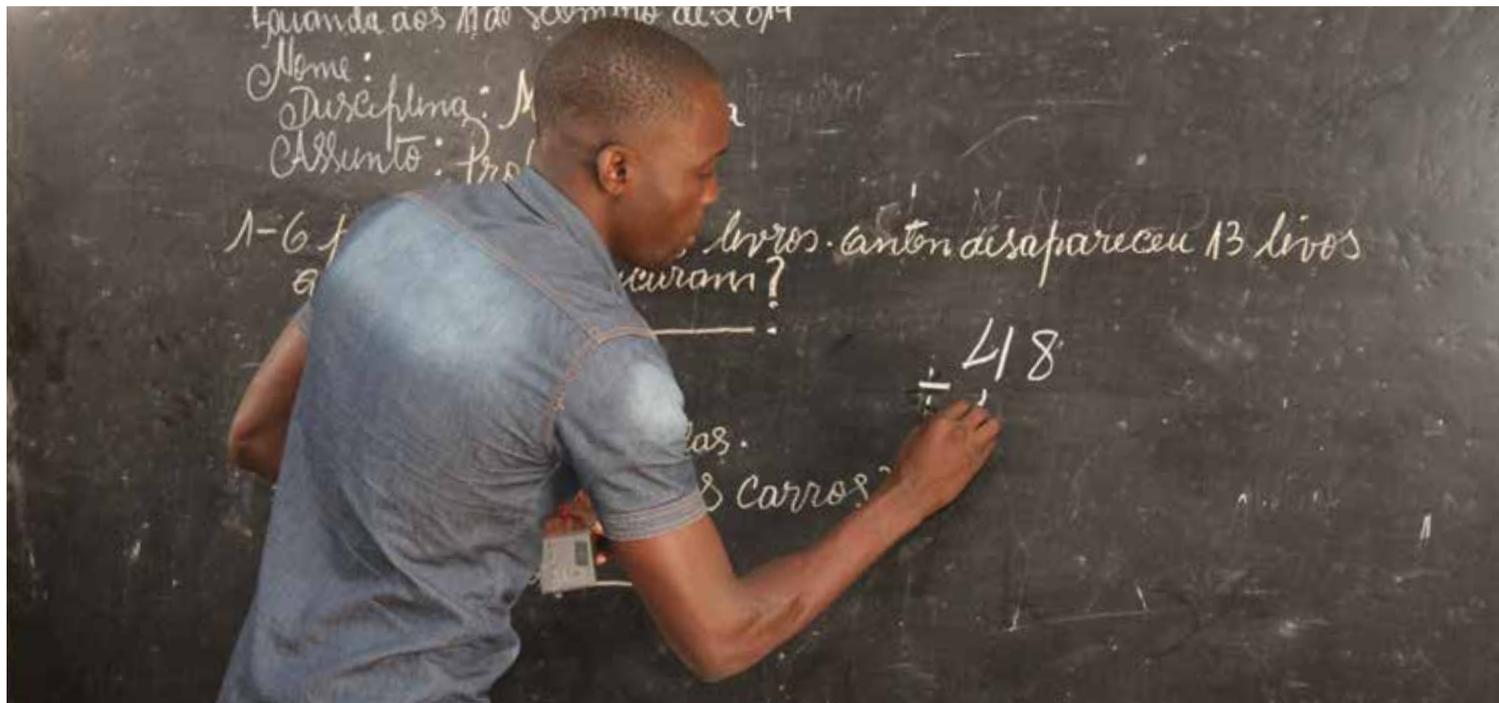


O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões



Melhorar a educação em Angola: Qualidade vs. salários?



António Vieira,
ex-director
da Cobalt
Angola

O ensino nacional estava suspenso. Havia férias escolares e a nossa criança estava em casa. De férias, a desaperceber o pouco que tinham aprendido durante o 'coxo' ano lectivo com aulas de faz de conta que, definitivamente, não ajudou ninguém. A criança estava em casa a brincar as brincadeiras que aprendem agora e que eu simplesmente não consigo decifrar e, muito menos, entender. E que os pais, muitas vezes, nem sequer sabem o que os filhos fazem ocupados que estão na difícil missão que parece impossível de trazer a ginguba e a 'kikuerra' para a mesa para os levar para a cama.

Porque o ensino estava parado, os professores também estavam. E talvez por isso houvesse muitos professores na rua a procura de esquemas e negócios rápidos que lhes permitissem arrecadar uns duros para que também eles levassem para casa 'bômbó' e banana assada para o jantar. Porque os professores também têm filhos. Quando em actividade, de dia, aturam os filhos dos outros para, depois de cansados, voltarem a casa para aturar os deles. E têm de os alimentar física e espiritualmente porque esta parte ninguém o faz por eles. Estão de férias de aturar os filhos dos outros, mas não estão de aturar os seus próprios. E como o salário nunca cai a tempo e horas, para além de que é uma miséria, tentam nas ruas um 'bisno' rápido e lucrativo. A sério, eu comprei um saco com limas a um professor na zona do Rocha Pinto. Comprou o saco com limas por seiscentos e vendeu-me por mil.

E as férias acabaram. Porque as aulas recomeçaram. E pelos vistos, de acordo com as notícias postas a circular, os professores vão entrar

em greve. Sim, os nossos 'kandengues' que ainda nem sequer sabem escrever o nome, já sabem o que é greve. Já sabem que os professores estão a ser 'abandalhados' por quem manda no ensino e eles vão voltar a estar de 'férias', pois é assim que eles compreendem a greve. Os desavergonhados dos sindicatos querem mesmo aumentar as férias involuntárias dos pequeninos, o que até pode dar jeito a alguns professores para venderem mais limas e limões ali na Maianga junto à Maxi.

E o que fazem as autoridades cuja responsabilidade é cuidar da educação dos nossos filhos? O que fazem as entidades responsáveis por melhorar o coeficiente de inteligência da banda?

Pelo que me é dado a entender, não fazem nada digno de realce para melhoria efectiva do ensino. A respeito de como os professores serão enquadrados nas categorias à promover por tempo de serviço e o respectivo salário, o "despacho 522/2021" da Ministra da Educação, definiu o seguinte:

1. 'Professores Auxiliares - PA'

(referindo-se aos que não têm ensino médio concluído, e, que não deveriam existir como professores sem primeiro terem um treinamento intensivo durante 1-2 anos)

a) Com mais de 5 anos de serviço - como PA do 6.º grau - salário de 40.040,50 kwanzas.

b) Com mais de 10 anos de serviço - como PA do 5.º grau - salário de 57.213,97 kwanzas

c) Com mais de 15 anos de serviço - como PA do 4.º grau - salário de 65.357,40 kwanzas.

d) Com mais de 20 anos de serviço - como PA do 3.º e 2.º grau - salário de 73.560,62 ou 81.734,25 kwanzas

e) Com mais de 25 anos de serviço - como PA do 1.º grau - salário de 89.907,57 kwanzas

2. 'Professores habilitados com formação média ou equivalente - PFM'

a) Com mais de 5 anos de serviço - como PFM do ensino primário e secundário do 13.º grau - salário de 103.303,02 kwanzas

b) Com mais de 10 anos de serviço - como PFM do ensino primário e secundário do 12.º grau

- salário de 111.249,41

c) Com mais de 15 anos de serviço - como PFM do ensino primário e secundário do 11.º grau - salário de 119.195,79 kwanzas

d) Com mais de 20 anos de serviço - como PFM do ensino primário e secundário do 10.º grau - salário de 127.142,18 kwanzas

3. 'Professores habilitados com bacharelato ou equivalente - PB'

a) Com mais de 5 anos de serviço - como PB do ensino primário e secundário do 9.º grau - salário de 166.874,11 kwanzas

b) Com mais de 10 anos de serviço - como PB do ensino primário e secundário do 8.º grau - salário de 194.686,46 kwanzas

c) Com mais de 15 anos de serviço - como PB do ensino primário e secundário do 7.º grau - salário de 214.552,42 kwanzas

4. 'Professores habilitados com licenciatura ou equivalente - PL'

a) Com mais de 5 anos de serviço - como PL do ensino primário e secundário do 6.º grau - salário de 238.391,58 kwanzas

b) Com mais de 10 anos de serviço - como PL do ensino primário e secundário do 5.º grau - salário de 274.150,32 kwanzas

c) Com mais de 15 anos de serviço - como PL do ensino primário e secundário do 4.º grau - salário de 301.962,69 kwanzas

d) Com mais de 20 anos de serviço - como PL do ensino primário e secundário do 3.º grau - salário de 333.748,21 kwanzas

5. 'Professores habilitados com mestrado ou doutoramento - PMD'

a) Com mais de 5 anos de serviço - como PMD do ensino primário e secundário do 5.º grau - salário de 274.150,32 kwanzas

b) Com mais de 10 anos de serviço - como PMD do ensino primário e secundário do 4.º grau - salário de 301.962,69 kwanzas

c) Com mais de 15 anos de serviço - como PMD do ensino primário e secundário do 3.º grau - salário de 333.748,21 kwanzas

d) Com mais de 20 anos de serviço - como PMD do ensino primário e secundário do 2.º grau - salário de 357.587,37 kwanzas.

E, finalmente,

e) Com mais de 25 anos de serviço - como PMD do ensino primário e secundário do 1.º grau - salário de 381.426,53 kwanzas.

E, pelos vistos, isto foi tudo o que foi produzido pelo órgão responsável pela educação em Junho do corrente ano.

O professor precisa de ter as melhores ferramentas, as melhores condições de trabalho e um salário que o permita viver desafogado.

Antes de me alongar na formulação da minha opinião gostaria de saber o que é na realidade um professor auxiliar. E, o que é necessário para um professor deixar de ser auxiliar e passar para não-auxiliar. Quando é que isso acontece?

Como já anotei atrás, o que é um professor auxiliar “que não tem o ensino médio concluído”? É caso para dizer que andamos a brincar aos professores.

Em intervenções anteriores eu sugeri que o ensino tal qual conhecemos “hibernasse” durante um ano para que durante esse período se treinassem os professores. Neste momento, diria muito mais: que se educasse todos os professores auxiliares “que não tem o ensino médio concluído”. E aproveito para perguntar se o governo consegue quantificar a transmissão de conhecimento feita pelos seus professores? Qual será o aproveitamento tido por um aluno da quarta classe que um professor que não concluiu o ensino médio? E, da mesma maneira, qual será o aproveitamento de um amigo desse aluno que tem um professor doutorado?

É exactamente sobre essa matéria que os sindicatos se deveriam concentrar para darem na realidade um contributo de realce para a educação nacional. Essa fossa de conhecimento entre colegas implica um desnível profundo na qualidade de ensino. Os sindicatos sairiam muito mais influentes e com muito mais competência caso se preocupassem antes de mais com a qualidade dos seus membros. A aproximação do nível do conhecimento e das capacidades educativas do professorado são só por si o embolo que o nosso ensino para que haja equilíbrio na aprendizagem que os nossos miúdos precisam. Esse equilíbrio é fundamental para que esses jovens ao atingirem a maior idade tenham todos a mesma compreensão sobre as suas responsabilidades, comportamento cívico, ética e moral.

E com essa aproximação, viria em consequência a aproximação salarial que os sindicatos desejam. Por outro lado, temos que reconhecer o professorado é uma profissão nobre e que tem que ser tratada como tal para que possa atrair os melhores filhos do país. O professor precisa de ter a sua disposição as melhores ferramentas, as melhores condições de trabalho possíveis, e, porque também têm obrigações familiares, um salário que o permita viver desafogado e com a dignidade de ser professor. O professor precisa de ter

Não me dou ao luxo de dizer que os professores fazem bem entrar em greve. Mas digo sem a menor hesitação que temos que tratar muito melhor os nossos professores se queremos ter um País. Se queremos estabelecer uma sociedade com a moral adequada e o sentimento ético que merecemos.

orgulho de ser professor e isso passa por um salário condigno.

Muito sinceramente, o que podemos esperar dum professor no início da sua carreira que ganhe pouco mais de 40,000 kwanzas. Mais do que isso, o que pode um contribuinte exigir dum “profissional” do ensino que ganhe tão pouco que se vê forçado a vender limas nas ruas de Luanda para colocar um copo de plástico com ‘gonguinha’ a frente dos seus rebentos? E, não muito melhor, qual é a sensibilidade que temos para os nossos melhores filhos que se doutoraram na arte de ensinar para que ganhem pouco mais de um terço do que auferem um inútil deputado muitas vezes sem educação formal? Porque não invertamos a situação, pagando aos deputados o que se paga aos professores, e, aos professores o que se paga aos deputados? Afinal de contas todos os professores podem ser deputados, mas muito poucos deputados poderão alguma vez ser professores. E, quase nenhum poderá ser um bom professor.

Isto está tudo errado. Os professores precisam de ser respeita-

dos. Precisam de ser compensados porque sem eles nós não seríamos o que somos, não seremos o que queremos e podemos ser. Sem professores qualificados e bem treinados estamos a condenar o futuro dos nossos filhos, o futuro e o bem-estar do nosso país. Com o interregno que nos foi imposto pela ‘covid’, e que bem poderíamos ter aproveitado para melhorar o nível do nosso professorado, perdemos uma oportunidade única para dar o salto em frente. O que continuo a propor, a suspensão do ensino para melhoria do corpo docente e das instalações físicas, é uma tarefa árdua e de difícil execução. Não é para todos. É para quem tem coragem para pensar “povo”, para avançar, não para quem lucra com o ensino privado e elitista. É para quem, como eu e a maioria dos meus correligionários, é fruto do ensino público que nós até tínhamos e nos demos ao luxo de perder. E não me venham dizer que não há ‘kumbu’, neste país onde o há para carros e benesses para a mediocridade dos deputados e demais “pançudos” que comem tudo e não deixam nada.

Não me dou ao luxo de dizer que os professores fazem bem entrar em greve. Mas digo sem a menor hesitação que temos que tratar muito melhor os nossos professores se queremos ter um País. Se queremos estabelecer uma sociedade com a moral adequada e o sentimento ético que merecemos.

Sr. General, o país precisa de actos de coragem. Eu acredito que com uma postura firme neste momento irá certamente beneficiar do apoio imediato que precisa para combater de forma clarividente a corrupção, ela própria a maior violadora do sistema de educação. Os nossos filhos e netos, os filhos do nosso país agradecer-lhe-ão. Os pais, também. Para nós, os que esperamos pacientemente pela morte, partiremos em paz por termos reavivado o ideal independentista dos nossos antecessores e, sobretudo, por termos acendido a luz esperança até agora desligada “propositadamente”. Afinal de contas a melhor maneira de combater a corrupção é formarmos bons professores que sendo bem pagos irão dar aos nossos filhos uma educação digna de respeito e com ética para que eles não caiam nateia malditada corrupção e se posicionem de maneira a eliminar essa corrente de hábitos indesejáveis. Ao cuidarmos da nossa educação iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E todos nós ganharemos. O futuro promete.

A função de Compliance no sector segurador em Angola

O novo Regime Jurídico da Actividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) irá promover alterações relevantes na estrutura organizacional das Empresas de Seguros, realidade que prevê a criação de novas funções e responsabilidades, impulsionando o desenvolvimento das melhores práticas no sector.



Marco Martins,
Manager
EY Assurance
Financial
Services

Existe uma notória expectativa quanto à promulgação do novo Regime Jurídico da Actividade Seguradora e Resseguradora (RJASR). O diploma acarreta uma série de desafios para as Empresas de Seguros, definindo regras e alterações relevantes que têm como objectivo o desenvolvimento da actividade do sector.

Uma das grandes alterações resulta na obrigatoriedade de as Empresas de Seguros instituírem formalmente uma função de Compliance para, com carácter autónomo, controlar o cumprimento das suas obrigações legais, das políticas e directrizes internas.

Esta função visa mitigar o risco de Compliance, caracterizado pela probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, que se materializem em sanções de carácter legal ou danos reputacionais.

O desafio passa por garantir que a função de Compliance não só cumpra os requisitos normativos previstos no RJASR como também permita o desenvolvimento cultu-

ral das organizações assente num programa de Compliance focado nos seguintes pilares:

- Disseminar condutas de avaliação de riscos e desenvolver mecanismos de controlo interno que permitam assegurar a integridade e aderência às leis e regulamentos aplicáveis ao negócio das Empresas de Seguros;
- Promover práticas que garantam uma conduta ética, fomentando os canais de denúncias em todos os níveis hierárquicos, internos ou externos às organizações;
- Desenvolver planos de formação robustos e cíclicos que demonstrem as acções que visam assegurar a conformidade dos procedimentos adotados diante das exigências externas e normativos internos;
- Implementar acções que garantam a diminuição do risco associado à prática de actos em desfavor das Empresas de Seguros, garantindo a sua eficaz prevenção, detecção e resposta.

A eficaz implementação da função de Compliance passará pela garantia da sua integração clara na estrutura organizacional das Empresas de Seguros e da execução desta função com a independência, exclusividade e autonomia assim exigíveis, de forma a poder actuar e prevenir a existência de situações de fraude interna ou externa, acções propensas a prejudicar o controlo interno e obstruções à informação que deve ser do conhecimento dos Órgãos de Gestão. Cabe às entidades do sector prepararem-se para acatar estas e outras exigências regulatórias que o novo RJASR irá promover.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

A semana que passou foi marcada mais uma vez pela expectativa quanto à reacção do maior partido na oposição à escolha externa do seu líder interno. E, mais uma vez jornalistas de órgãos públicos foram maltratados, enxotados e impedidos de fazer o seu trabalho de cobertura de uma actividade. O secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas, Teixeira Cândido foi ao local, enfrentou a fúria popular e, mais uma vez, explicou que os jornalistas que vão cobrir estas actividades não têm qualquer poder decisório sobre a linha editorial dos órgãos em que trabalham e por isso não merecem ser maltratados. Os ataques de grupos a indivíduos isolados nunca passam de cobardia de mentalidade de grupo, de hooliganismo, mas, neste caso, é pior, porque esses jornalistas atacados são muitas vezes vítimas da censura nos órgãos onde trabalham. Os jornalistas não têm culpa e esta é uma mensagem que, volto a repetir, as lideranças na oposição, que quer ter uma imagem positiva, de unidade nacional, de futuro, têm de passar com mais veemência do que têm feito até agora.

A linha editorial dos órgãos em que mandam as ordens superiores, longe do controle de jornalistas, é controlada pelos mesmos confusos que nos querem convencer agora, como se fossemos todos amnésicos, de que o chefe actual e o anterior são amigos e falam... Na semana que passou o chefe de Estado esteve de novo em viagem e de novo em exonerações – as duas preferências da governação – e, concedeu uma entrevista ao Financial Times, coisa que faz sentido por causa do imperativo governamental de atracção de investimento apesar das queixas dos jornalistas em Angola da tradição presidencial de se ignorar



os media locais. É claro que a entrevista (que continua a dar vontade de rir pela falta de questionamento com conhecimento de causa e a motivar memes online) foi algo ofuscada no quesito de atracção de investimento por causa essencialmente da tal declaração de que a “briga” com o predecessor será coisa da imaginação dos fomentadores de intrigas...

Então nesta lógica de 'jogador de xadrez' deve ser mais ou menos assim: – “eu finjo que morro de amores pelo pai grande até que ele me passe a batuta; assim que a tenho trato de correr com ele do partido. Digo em entrevista aos estrangeiros que o pai grande é afinal é insecto; ponho na prisão um filho e tento por mais uns quantos acusados de qualquer coisa que nem precisa de ser credível e uso essas acusações que não preciso de confirmar como prova de que sou o tal. Pressiono a olhos vistos a justiça para que os condene ditando sentenças para quem quiser ouvir. Dou corrida a todos

os próximos e quem se recusa a atirar pedras no pai grande (antigo) vai para a lista negra de ameaças de investigação, enquanto ando pelo mundo a dizer que o que o tal insecto andava a fazer era só rouba-lheira. Destruo o império empresarial da filha preferida, mesmo que para isso esse império seja entregue aos portugueses ou fique destruído. Emprego que destrua pelo caminho vale a pena. Dou cabo do partido com essas cisões e com a exposição da hipocrisia e fingimento que por lá andava e o veto ao ex-pai grande é tal que ele regressa ao país que governou quatro décadas e não pode sequer ser notícia nos media onde mando. Como seria expectável custa-me a olhos vistos encarar o ex-pai grande mais velho que rotulei de insecto – mas nada – somo amigos falamos – qualquer sugestão em contrário é intriga”... Pergunto-me o que dizer destas lógicas confusas? E qual será a imagem que os tais investidores podem ter dessa

confusão mental? A política o que faz – não é “di bem”.

Mas a propósito de não ser de bem, de confusão que não atrai investimento e de imperativo de governo, pergunto-me o que explicará esta tendência para a aposta nos investidores estrangeiros em detrimento dos nacionais... Porque será que o governo orientou toda a sua estratégia para a atracção de investimento externo, parecendo esquecer os investidores nacionais? Tratar-se-á algum complexo que nos escapa? Porque é que o investimento estrangeiro foi privilegiado face ao nacional que tem vantagens óbvias por conhecer o terreno e por ser o que mais provavelmente tem vontade de fortalecer raízes e fazer pelo país? É que a experiência dos investidores nacionais é o oposto do que é vendido aos estrangeiros, é a de que lidar com instituições nacionais é geralmente um pesadelo, é lidar com instituições poderosas, mas infantis, imprevisíveis e que prometem e não cumprem.

Volta e meia os entrevistados do jornal Valor Económico mencionam alguma situação em que a interacção com o Estado foi penalizadora. Não falam só do pagamento de impostos de primeiro mundo com oferta de serviços de terceiro mundo – a electricidade e a água, que são a base da produção, falham e obrigam a gastos permanentes e proibitivos com geradores e combustível, as estradas para escoar produtos “são de manteiga” e destroem as frotas transportadoras encarecendo o transporte... No entanto, os empresários falam dos serviços e dos ‘kilápis’ do governo que são perfeitamente incapacitantes para a tesouraria das empresas. O Estado é sem qualquer concorrente o maior consumidor - mas não paga a tempo e por vezes, porque alguém está à espera de ‘micha’, não paga de todo (a tal infantilidade e imprevisibilidade que os estrangeiros não têm como ter vontade de aturar num país que não é deles). Mas mais do que que destes factores vitais para o ambiente de negócios, os investidores queixam-se com muita frequência de que os seus projectos e ideias são roubados pelo Estado, pelas pessoas no aparelho de Estado.

Na semana passada em entrevista ao Valor, Pedro Godinho dizia o seguinte – “tinha uma empresa americana que quis fazer exploração de descobertas de um campo que a Total abandonou e daí que peço audiência com Manuel Vicente. Pedem-me as razões da audiência e eu – burro – explico isso. Poucos dias depois o presidente da empresa americana pergunta-me se eu tinha um problema dentro da Sonangol e uma semana depois os homens vieram sem o meu conhecimento foram postos na Sonangol e foram lhes apresentadas outras empresas dizendo-lhe que eu só vendia cervejas e gelados lá na ilha”. Como este relato há muitos de pessoas que foram apresentar projectos aos ministérios ou a influentes do Estado e que viram os seus projectos roubados por instituições públicas que agem não como parceiros, mas como competidores ferozes dos privados. E competidores com o incentivo claro – não de ver esses projectos acontecer – mas de tirar comissões do financiamento público que poderão receber se submetidos ao Orçamento Geral do Estado.

A energia, o tempo e a paixão que um privado que idealizou um projecto pode por nesse projecto para o ver sair do papel é tantas vezes frustrada por essa sabotagem em vez de apoio do estado, que frequentemente o projecto que poderia beneficiar o país com a criação de empregos e de valor – morre – é uma pena. É por estas lógicas que não é surpresa que Angola tenha de facto, como dizem alguns economistas, a mais elevada taxa de mortalidade empresarial do mundo. E são todas estas lógicas perversas e confusas que afastam os investidores por mais que o chefe de Estado viaje todas as semanas e se desdobre em discursos de atracção de investimento. Qualquer investidor que ouça a experiência dos investidores locais, os que conhecem o terreno, ‘foge a sete pernas’ a menos que o incentivo que o traz seja várias vezes superior aos riscos de lidar com a instabilidade e imprevisibilidade das nossas instituições. Às vezes, esse incentivo é tão forçado para se mostrar que temos investimento estrangeiro, que prejudica ainda mais o ambiente de negócios e cria mais desequilíbrios porque passa por cima e inutiliza investimento que empresas locais já fizeram muitas vezes a favor de outras que vão expatriar lucros. E era isto também muito do que estava mal e era preciso corrigir...



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

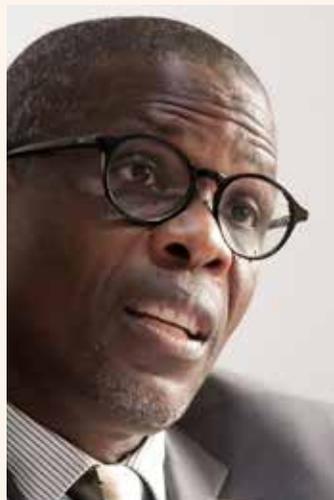
Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Feliciano Lucanga, consultor financeiro

A entrevista ao consultor financeiro, Feliciano Lucanga, numa semana em que as publicações da página alcançaram mais de 100 mil internautas e perto de 9 mil interações entre partilhas, emoções e comentários, foi a publicação mais comentada sobretudo pela afirmação de que “o sistema financeiro nacional é gerido por estrangeiros”.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Grahas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Olivio Seabra Cardoso

Temos pessoas e técnicos muito capazes...As instituições é que querem ignorar isso



Toy Lourenço

Quem sempre governou este projeto de país foram estrangeiros.



Christopher Phoenix Fox

Isso é facto. Em todos os andares do MINFIN tem um (branco) expatriado. O Boss do SETIC é White...



Miguel Hunkempson

Christopher Phoenix Fox Este é mesmo cidadão português e era director andava a trabalhar via online, a Ministra Vera Daves já o exonerou porque passa mais tempo na tuga.



Ed Santos

Os estrangeiros gerem pq o governo sempre recorre ao dinheiro deles através de empréstimos constantes.



Miguel Lopes

E porquê? Como o próprio diz, “Mas não temos pessoas capazes”. Invistam no ensino, a começar pelo básico...



Segundo Tenete Picro Farad Mustafa

Miguel Lopes aqui preferem uma viatura v8 do que uma sala de aulas



Paulino Dos Santos

Eles não querem saber de nós. Uns dos exemplos é a subida de tudo incluído as propinas, para deixar as famílias fora do ensino, e cada vez mais analfabetos



Teresinha Dinis

É um sistema medieval que vive noutra parte da via láctea. Num mundo onde quase tudo já foi inventado e dito, é lamentável. Fim de citação.



Mwana Tsomy Ludy Kia Yisu

Mas mesmo assim ainda existem os capados no cérebro que se mentem de estarem a construir um país sério. Meu Deus do céu, livra-me desses bandidos...



António Coelho

Nada disso! Quem gere são expatriados, mas pagos a peso de ouro, pelos MARIMBONDOS que são os DONOS dos BANCOS! Logo os “gerentes” CUMPREM ORDENS ou são despedidos!



Fernando João Banvo

Triste realidade Angolana! Por culpa do sistema governativo, cheio de maldades e falta de educação moral, estamos assim ao Deus dará e à sorte individual!



Mestre Ascencionado

Angola toda está. Claro que uns bonecos estranhos é que aparecem na frente...



Tónico Albino Jose

Os que esperam se só sabem fazer ARRUAÇAS e Desordem???



Terêncio Fernando DA Silva

Tónico Albino Jose e Rodrigo e roubar nas empresas, por isso perdemos credibilidade, e mérito.



Arménio Durão

Pedro Napoleao é nossa culpa, porque aqui na Europa você nem sonha, trabalhar no mistério da Economia, tens de ser nacional.



Africaine Vindes

Infelizmente ã é só nos bancos, mas a maioria das empresas



Doneta Nfulo Nfulo

África é simplesmente um cemitério, dos que investem fora, estudam fora, vivem fora, buscam tratamento de saúde fora, passeiam fora, guardam dinheiro, no fim da vida kukulu kukulu para África ,muitos até já no caixão, o cemitério nunca desolve nunca

Internacional/África

Sama Lukonde, à esquerda, e o seu 'protector' Félix Tshisekedi



PRIMEIRO-MINISTRO DESDE ABRIL DESTE ANO

Sama Lukonde, o rosto da nova geração que promete 'revolucionar' o Congo Democrático

GOVERNAÇÃO. Iniciou-se na política aos 23 anos, no activismo, e aos 29 foi eleito o mais jovem deputado do país, isto em 2006. Aos 37 anos, ingressou no governo de Matata Ponyo, mas poria o cargo à disposição, depois de discordar de um terceiro mandato de Joseph Kabila. Regressado à posição, começa a forjar uma relação de confiança com Félix Tshisekedi que, ao chegar ao poder, não teve dúvidas em nomeá-lo primeiro-ministro no princípio deste ano. Tido como tecnocrata, rigoroso e incansável, Sama Lukonde anda o país de lés a lés, carregando na bagagem um ambicioso plano de reformas.

Por Leopoldina David

Praticamente encravada no centro de África, a República Democrática do Congo (RDC) é considerada um 'escândalo geológico', de tão rico que é o seu solo. O país mais extenso da África

Subsariana, com uma área de 2.344.858 km², é também considerado um dos mais ricos em matérias-primas, condição que contrasta com os seus elevados níveis de pobreza. Estudos do Banco Mundial, realizados em 2018, dão conta que 73% da população congoleza vive na pobreza. São cerca de 60 milhões de congolezes que vivem com menos de dois dólares por dia, o que coloca o país com a terceira maior população de pobres do mundo.

Quando contava pouco mais de três meses à frente do governo, desbloqueou uma facilidade de 1,5 mil milhões de dólares do FMI, empréstimo que o país vinha tentando contrair há mais de uma década, sem sucesso.

Genericamente, os gigantescos níveis de pobreza são associados às várias crises políticas que assolaram o país desde a sua independência. No entanto, desde Janeiro de 2019, a população passou a acreditar na possibilidade do início de uma nova era, com a chegada ao poder de Félix Tshisekedi, do partido União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), que vencerá as eleições presidenciais realizadas em Dezembro de 2018. Ao lado do nascente optimismo persistiam, todavia, receios de novas crises, ante o frágil acordo de coligação estabelecido entre Tshisekedi e a Frente Comum para o Congo (FCC) do seu antecessor Joseph Kabila. Impedido de avançar com o plano de reformas, face ao controlo do parlamento pela plataforma de Kabila, Tshisekedi decide então romper, em Fevereiro deste ano, com a FCC, criando a ‘União Sagrada da Nação’, com o apoio de partidos na oposição que, entretanto, romperam com Kabila.

A nova coligação é criada com elevadas expectativas, mas as críticas persistiam pelo facto de muitos actores políticos serem os mesmos e provindos de partidos diferentes. Tshisekedi reagiu. Perante vários nomes lançados como potenciais primeiros-ministros, o presidente congolês ‘remou contra a maré’, nomeando o jovem político Jean-Michel Sama Lukonde.

De 44 anos de idade, Sama Lukonde foi uma surpresa geral. O seu nome só tinha começado a ser citado 48 horas antes da nomeação. Era o lançamento histórico de uma nova geração, chamada para liderar de forma directa as reformas económicas, políticas e sociais, tão desejadas pela população congoleza.

QUEM É O NOVO PREMIÊR DA RDC

Sama Lukonde é filho de um notável político congolês Stephane Lukonde, muito interventivo na cena política da então província de Catanga. No período do partido único, Stephane Lukonde chegou ao posto de primeiro comissário de Estado, ainda no Zaïre. Morreu em 2001 e Sama Lukonde decidiu continuar a trilhar os mesmos caminhos do pai. Começou pelo activismo político, aos 23 anos, e aos 29, isto em 2006, foi eleito o mais jovem deputado na altura. Três anos depois, co-fundou o partido Avenir do Congo, em que foi vice-secretário-geral.

Aos 37 anos, ingressou no governo de Matata Ponyo, em 2014,

durante a presidência de Joseph Kabila, tendo sido ministro da Juventude e Desportos, também na condição de mais jovem ministro. Mas acabou por pedir demissão por discordar de um terceiro mandato de Kabila. “Eu acredito na alternância política, sempre acreditei que é possível, antes de mais, pensar o Congo”, declara insistentemente em entrevistas.

Ao abandonar o cargo de ministro da Juventude e Desportos, Sama Lukonde começa a aproximação a Tshisekedi, enquanto este liderava apenas o seu partido. Na oposição, ambos forjaram uma relação de confiança, pelo que Tshisekedi não teve dúvidas na hora de escolher o novo primeiro-ministro, após o rompimento com a plataforma de Kabila. “Ele viu a minha assiduidade no trabalho, a minha convicção e a minha integridade. Penso que foi isso que apoiou a escolha dele em mim”, referiu numa entrevista, ao sublinhar a relação com Tshisekedi, enquanto trabalha-

vam juntos na oposição a Kabila.

Antes de chegar a primeiro-ministro, Lukonde foi director-geral da Gécamines, uma das mais importantes empresas públicas congolezas e uma das maiores do sector da mineração de África, explorando do cobre ao cobalto. Este último é um metal raro e precioso, sendo exactamente no Congo Democrático onde se encontra a maior parte das reservas mundiais.

Nomeado em Junho de 2019, a efectiva posse foi condicionada por sectores ligados a Kabila. Mas, um ano depois, acabou por assumir a empresa, o que ficou declarado como o primeiro grande golpe de Tshisekedi a Joseph Kabila. E, posto no comando da estatal, Lukonde soube dar o troco. Em menos de um ano, tornou públicos vários contratos embaraçosos para os próximos de Kabila, respondendo a uma exigência da sociedade. No plano mais geral, Lukonde reestruturou a Gécamines e diminuiu consideravelmente

MEMORIZE

● Em Fevereiro deste ano, o presidente da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, rompeu o acordo que havia estabelecido com o seu antecessor, através do qual Joseph Kabila mantinha o controlo do parlamento. Tshisekedi formou uma nova coligação e fez de Sama Lukonde o seu primeiro-ministro.

40

Por cento, proporção de membros com menos de 50 anos no governo de Sama Lukonde



a exploração ilegal clandestina de vários minerais, implementando reformas que permitiram organizar o sector na RDC.

OS DESAFIOS COMO ‘PREMIÊR’

Já nas vestes de primeiro-ministro, Lukonde comprometeu-se com o país. No primeiro discurso, em Abril deste ano, antecipou as prioridades: a defesa e a segurança, principalmente no Leste do país, dominado por velhos conflitos, mas fez questão de sublinhar que a maior atenção será responder às necessidades do povo congolês, que reconheceu não serem poucas.

Com um plano de governo ambicioso, assente na “transparência e no rigor”, Lukonde prometeu empenho na modernização das infra-estruturas, garantiu uma profunda reforma fiscal, além de travar a corrupção e responsabilizar os infractores, “caminhos que devem levar a RDC a um lugar melhor”, como refere. E a comunidade internacional parece dar benefício da dúvida ao seu empenho e dedicação. Quando contava pouco mais de três meses à frente do governo, desbloqueou uma facilidade de 1,5 mil milhões de dólares do Fundo Monetário Internacional, empréstimo que o país vinha tentando contrair há mais de uma década, sem sucesso. Questionado sobre o segredo para convencer o FMI, o engenheiro empregado à política argumentou que mostraram trabalho e cumpriram com todas as exigências que lhes foram apresentadas.

Incansável, Sama Lukonde move-se de um lado para outro do país “para perceber os problemas e tentar arranjar soluções”. Mas é pragmático, ao lembrar com insistência aos congolezes que não tem “fórmulas mágicas” e que, apesar da entrega, o problema que enfrenta “não é pequeno”. Desde logo, tem lembrado que encontrou um país com níveis de atraso “acentuados”. Recorda que o trabalho que faz, numa primeira fase, “não se vai fazer sentir directamente na vida da população”, mas acredita que está no caminho certo. E num país com mais de 60% da população jovem, Sama Lukonde parece ter conseguido um voto de confiança de outros jovens. A começar pelo próprio governo em que pouco mais de 40% dos 56 membros têm menos de 50 anos.

Covid-19

COM NOVAS RESTRIÇÕES

Governo austríaco ameaça não vacinados

O chanceler da Áustria, Alexander Schallenberg, ameaçou impor novas restrições e confinamento às pessoas não vacinadas se o número de casos de covid-19 continuar a aumentar no país.

O anúncio foi feito após uma reunião entre Schallenberg e os líderes dos estados austríacos para discutir a resposta a adoptar face ao número crescente de casos de infecção pelo coronavírus.

“A pandemia ainda não ficou para trás das costas”, disse Schallenberg, acrescentando que se está a aproximar “uma pandemia de não vacinados”.

O chanceler adiantou que, se o número de doentes com covid-19 internados nos cuidados intensivos dos hospitais chegar a 500, ou 25% da capacidade total dessas unidades no país, irá impor restrições, permitindo a entrada em restaurantes e hotéis apenas a pessoas vacinadas ou que recuperaram da doença.

Se o número chegar a 600, ou seja, um terço da capacidade total das unidades de cuidados intensivos, o governo só autorizará a saída de casa de não vacinados por motivos de força maior. Actualmente, estão internados nos cuidados intensivos da Áustria 220 doentes com covid-19.



OMS

Mundo tem ferramentas para acabar com a pandemia

A pandemia da covid-19 terminará “quando o mundo decidir acabar com ela”, afirmou o director-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), alegando que estão disponíveis “todas as ferramentas” para combater o vírus. “Está nas nossas mãos, temos todas as ferramentas de que precisamos”, salientou Tedros Adhanom Ghebreyesus, na abertura da Cimeira Mundial da Saúde, que reúne anualmente políticos e profissionais do sector em Berlim.

Tedros Ghebreyesus lamentou que o “mundo não tenha usado essas ferramentas com sabedoria”, uma vez que as “quase 50 mil mortes por semana” indicam que “a pandemia está longe de acabar”.

A meta inicial era que todos os países tivessem vacinado pelo menos 10% da população até final de Setembro, mas não foi alcançada em 56 países. Para inverter a baixa taxa de vacinação especialmente em países pouco desenvolvidos, a OMS e a ONU anunciaram, no início do mês, uma nova estratégia de vacinação global contra a covid-19 que necessita de oito mil milhões de dólares para assegurar uma distribuição equitativa de vacinas.

NOVA VAGA

Bulgária admite enviar doentes para o exterior

O ministro da Saúde da Bulgária afirmou que a capacidade em termos de pessoal e de ventiladores no país está quase esgotada e que provavelmente terão de procurar ajuda no estrangeiro.

Segundo Stoycho Katsarov, se a curva de infecções pelo vírus SARS-CoV-2 não diminuir no prazo de 10 a 15 dias, o país poderá enfrentar “problemas enormes” ao nível da capacidade de resposta dos serviços de saúde.

“Estão a decorrer conver-

sações com a União Europeia (UE) para transferir doentes para outros países”, caso isso venha a ser necessário, avançou o governante, que não excluiu a possibilidade de um novo confinamento no país. Os especialistas estimam que a vaga actual de covid-19 possa causar entre cinco mil e nove mil infecções diárias dentro de duas semanas na Bulgária, que tem uma população de cerca de 6,9 milhões de habitantes.



DOS TRÊS AOS 11 ANOS

China começa a vacinar crianças

A China vai começar a vacinar crianças dos três aos 11 anos contra a covid-19. 76% da população foi já totalmente vacinada e as autoridades mantêm uma política de tolerância zero em relação ao coronavírus.

Os governos locais, em pelo menos cinco províncias, anunciaram recentemente que crianças dos três aos 11 anos vão ser chamadas para receber as vacinas.

A expansão da campanha de vacinação ocorre numa altura em que várias regiões da China voltam a adoptar medidas de prevenção, para tentar extinguir pequenos surtos.

Gansu, uma província no noroeste cuja economia depende fortemente do turismo, encerrou todos os locais turísticos, após diagnosticar novos casos de covid-19.

O país vacinou já 1,07 mil milhões de pessoas.



NO HUAMBO foram vacinadas contra a Covid, até no princípio da semana, 424 gestantes, segundo o chefe do departamento da saúde pública da província, Celestino Máquina, estimando que, em média, são imunizadas 50 gestantes diariamente no único posto montado para o efeito, quando as expectativas eram de 100 dia.



DE MACAU

Grande Prémio só com pilotos da China

A 68.ª edição do Grande Prémio de Macau só vai contar com pilotos provenientes da China, devido às medidas do território que permanece praticamente isolado na política de zero casos de covid-19.

À margem da conferência de imprensa de apresentação da prova, que costuma ser internacional, o presidente do Instituto do Desporto de Macau, Pun Weng Kun, avançou que serão mais de 100 pilotos provenientes da China continental, Hong Kong e Macau que participarão nas seis corridas entre os dias 19 e 21 de Novembro.

Pun Weng Kun declarou que alguns pilotos estrangeiros até queriam participar no Grande Prémio de Macau, mesmo tendo de fazer pelo menos 21 dias de quarentena fechados num quarto de hotel.

GUINÉ-BISSAU

Campanha para vacinar mais de 680 mil pessoas

A campanha nacional de vacinação contra a covid-19 na Guiné-Bissau arranca em 25 de Outubro e pretende atingir 683.147 pessoas com 18 anos ou mais em todo o território nacional, para que seja atingido o objectivo de vacinar 70% da população, que ronda os dois milhões.

Os dados indicam também que mais de 4.000 pessoas vão estar envolvidas na campanha distribuídas por 712 equipas fixas, avançadas e móveis.

Os últimos dados disponibilizados, no início de Outubro, pelo Alto Comissariado para a Covid-19 em relação à vacinação indicavam que quase 69 mil já tinham a vacinação completa.

A Guiné-Bissau pretende vacinar até Dezembro 50% das 700 mil pessoas elegíveis para receber a vacina, ou seja, indivíduos com 18 anos ou mais.

Os dados indicam também que a percentagem de homens vacinados é superior à de mulheres.



COM PELO MENOS UMA DOSE

Cabo Verde já vacinou 80% da população

Cabo Verde já tem 80% da população adulta vacinada com pelo menos uma dose contra a covid-19 e 54% com a vacinação completa, anunciou o primeiro-ministro.

Ulisses Correia e Silva sublinhou que é preciso fazer “subir” a taxa de vacinação em alguns municípios, nomeadamente no Norte de Santiago, abaixo da média nacional: “É subindo que nós todos nos protegemos muito mais uns aos outros”.

Cabo Verde já recebeu mais de 715 mil doses de vacinas contra a covid-19, doadas sobretudo por países europeus e pelo mecanismo Covax (ONU), quantidade que já garante uma cobertura próxima do total da população adulta do arquipélago.

“Agradeço a todos os parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde. A forma como estamos a dar o bom combate é fruto de um trabalho conjunto, das instituições, das organizações, dos cabo-verdianos e de uma boa parceria”, afirmou Ulisses Correia e Silva, que sublinhou igualmente o papel da ONU, por se afirmar “cada vez mais como uma instituição insubstituível”.

“Em momentos de crise é que damos mais importância a organismos e sistemas

que sem os quais estaríamos muito menos protegidos e capazes de dar respostas. Não há alternativas ao multilateralismo”, apontou o primeiro-ministro cabo-verdiano.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, o país recebeu, até final de Setembro, 615.150 doses de vacinas, e no dia 03 de Outubro chegou ao aeroporto da Praia o mais recente donativo, de 100 mil doses, dos Estados Unidos, através do mecanismo Covax. No plano de vacinação contra a covid-19, o governo cabo-verdiano estimou em 370.362 a população elegível para ser vacinada, correspondendo a todos com mais de 18 anos. Sem contar com as perdas no processo, as doses recebidas por Cabo Verde até ao momento já são suficientes para vacinar mais de 357 mil pessoas.

As primeiras doações de vacinas chegaram a Cabo Verde em Março passado, através do mecanismo Covax, lançado pela OMS e financiado por vários parceiros internacionais, como a União Europeia. Chegaram então 24.000 doses de vacinas AstraZeneca (as únicas produzidas na Índia administradas no arquipélago até agora) e 5.800 da Pfizer.

Marcas & Estilos



Sair da moda? Jamais!

Esta pasta da Harber London foi feita especialmente com tecido impermeável de garrafa de plástico 100% reciclado, combinando artesanato especializado e arquitectura de produto inteligente com materiais duráveis, para criar uma peça atemporal que irá durar e nunca sairá de moda.

Para amizades autênticas

Uma pulseira única e elegante, um símbolo da força que as mulheres têm juntas. A MLE é duas vezes mais autêntica do que qualquer outra. Ótima para presentear o melhor amigo.



AUTOMÓVEL

A velocidade em decibéis

O Chevrolet Camaro 2022 é um conversível com linhas bem musculosas e expressivas, especialmente na parte frontal, onde os faróis ficam escondidos num espaço com LED diurnos e repetidores de direcção.

A grade é proeminente, enquanto o pára-choques é volumoso e tem entradas nas laterais triangulares. A parte central possui aberturas maiores na parte inferior.

O volante é recheado de funcionalidades, especialmente o aquecimento. Uma direcção tem o acabamento em couro. Sobre o painel, um HUD colorido é outra atracção.

Equipado com transmissão automática de 10 mudanças, o Camaro tem motor V8 6.2 SIDI com 461 cavalos a 6.000 rpm e 62,9 kgfm a 4.400 rpm. Com tudo isso, o desportivo vai de 0 a 100 km / h em 4,2 segundos.

AGENDA

LUANDA

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

Conferência 'Luanda Oil & Gas and Renewable Energy (LOG2021)', no Centro de Convenções de Talatona, em formato híbrido (presencial e virtual). Mais de 30 exposições, 50 oradores e 25 apresentações técnico-científicas.

30 DE OUTUBRO

Masterclass sobre a 'Marca Pessoal como uma Ferramenta de Destaque no Mercado de Trabalho', uma formação ministrada por Tânia Tomé, via plataforma Zoom. Às 09h00.

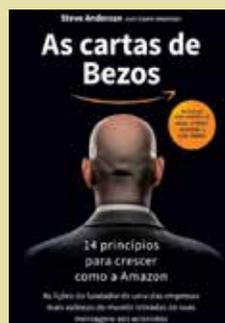
DE 20 DE OUTUBRO A 4 DE NOVEMBRO

Inauguração da Exposição Coleção Total Energies, composta por 41 obras de arte. Exposição fica patente no Museu Nacional de História Nacional de segunda a sexta-feira das 10h00 às 20h00 e aos sábados, domingos e feriados das 10h00 às 13h00.

LIVROS



DESCONSTRUA o jargão e compreenda como está envolvido na economia do dia-a-dia. Se quer entender o básico de economia e compreender um assunto que nos afecta todo o dia, então acabou de encontrar o que precisa no Economia Para Leigos.



LIÇÕES DO FUNDADOR de uma das empresas mais valiosas do mundo retiradas das suas mensagens aos accionistas. Ler este livro é viver a sensação de ter Bezos como seu mentor de negócios.



TURISMO

O que o tempo não apagou

Localizada entre a Roménia, a Turquia e a Grécia, a Bulgária soube preservar a história, marcada pelas lutas contra os impérios bizantino e otomano. Em todas as regiões, é possível avistar construções históricas, além de uma quantidade impressionante de sítios arqueológicos. A capital, Sófia, ainda é pouco visitada se comparada aos outros destinos históricos. No entanto, a atmosfera jovem, repleta de programas culturais e uma vida nocturna agitada, valem a visita.

A cidade antiga de Nessebar concentra ruínas dos séculos 5 e 6. Vale observar os detalhes da Igreja de Santa Sofia, património da Unesco no Centro Histórico. A culinária búlgara é muito diversificada. Não é difícil encontrar uma variedade considerável de pães e saladas. O iogurte búlgaro é considerado por muitos o melhor do mundo. Um dos pratos que mais caracterizam o país é a banitsa, massa assada e recheada. Mas, quando passar por aqui, também não deixe de provar os buhtas, bolinhos servidos com geleia ou mel.

Educação & Tecnologia

COMUNICADO DE IMPRENSA

Segurança cibernética precisa de colaboração na diversidade, investimento e padrões

Seminário Huawei e FT Live aborda as necessidades fundamentais para o crescimento sustentável

Shenzhen, China - 19 de outubro de 2021: A segurança cibernética tornou-se uma questão crítica e a necessidade urgente de uma cooperação maior entre os sectores público e privado foi destacada em um seminário conjunto da FT Live e Huawei. O evento abordou também como as tecnologias IA, big data e nuvem representam ameaças de segurança cibernética cada vez mais complicadas.

Vários especialistas fizeram apresentações destacando-se Colm Murphy, Consultor Sénior de Segurança Cibernética da Huawei; Chefe do Arquiteto de Segurança da Nuvem OneWeb, Dra. Wendy Ng; e a especialista em segurança cibernética da UNESCO em Mulheres em Tecnologia, Jane Frankland.

Com a aceleração da computação em nuvem e da infraestrutura digital mais crítica pertencente ao sector privado em um ambiente cada vez mais regulamentado, a questão abordada foi como as indústrias podem se concentrar na segurança cibernética para criar um ambiente seguro para todas as partes interessadas.

As principais recomendações e conclusões do seminário "Protegendo a infraestrutura crítica de ataques cibernéticos" foram as seguintes:

Um dos desafios mais fundamentais é a escassez de habilidades de segurança cibernética na força de trabalho e como a demanda deve aumentar. Esta é uma oportunidade de promover a segurança cibernética em todos os níveis e tornar o setor mais inclusivo, abordando

o atual desequilíbrio de gênero e, assim, melhorando o desenvolvimento futuro do pool de talentos. A diversidade cultural e de gênero pode oferecer a uma empresa melhorias significativas de receita, muitas regulatórias mais baixas e menos riscos.

O investimento em segurança cibernética e recursos relevantes deve ser considerado e visto como tão importante quanto a saúde financeira de qualquer organização. Isso inclui a construção de recursos de alfabetização cibernética começando pelo topo de uma empresa ou governo.

Evitar a fragmentação de padrões é importante porque permite uma colaboração mais próxima entre a indústria e as empresas. Embora a Huawei tenha sido um dos principais contribuintes para as soluções e patentes de segurança cibernética relacionadas a 5G, ela continua a pedir a outras empresas e governos que trabalhem juntos. Por exemplo, os benefícios de padrões como o GDPR e a Diretiva NIS 2 proposta exigem conformidade.

Em seu conselho às organizações, a Dra. Wendy Ng da OneWeb compartilhou recomendações técnicas sobre Zero-Trust explicando "a verificação é efetivamente necessária antes do acesso a qualquer recurso ou ativo. Para garantir agilidade operacional e usabilidade, o processo é simplificado, automatizado e gerenciado por meio de identidade confederada."

Jane Frankland, da UNESCO, Mulheres pioneiras em tecnologia, enfatizou porque a diversidade é importante, explicando "Os invasores são variados e vêm de uma variedade de origens, partes do mundo e com experiências diferentes. Para nos defendermos, é essencial termos uma equipe variada, que nem todos pensam como nós. Dessa forma, não terminamos com pensamento de grupo ou caindo em ataques que estão sendo escritos exclusivamente para homens."

Colm Murphy da Huawei Europe concluiu "Cada ator no ecossistema de segurança cibernética tem um papel a desempenhar - fabricantes, provedores de serviços, operadoras,

governos e reguladores. Trabalhando juntos, o valor da digitalização pode ser percebido por todas as partes interessadas para criar um ambiente de negócios seguro e sustentável."

O seminário Huawei e FT Live foi o quinto de uma série de oito seminários que acontecerão durante 2021.

SOBRE HUAWEI

Fundada em 1987, a Huawei é fornecedora líder global de infraestrutura e dispositivos inteligentes de tecnologia da informação e comunicação (ICT). Temos mais de 197.000 funcionários e operamos em mais de 170 países e regiões, atendendo a mais de três bilhões de pessoas em todo o mundo.

Nossa visão e missão é levar o digital a todas as pessoas, lares e organizações para um mundo totalmente conectado e inteligente. Para este fim, iremos impulsionar a conectividade ubíqua e promover igual acesso às redes; leve a nuvem e a inteligência artificial a todos os quatro cantos da Terra para fornecer potência de computação superior onde e quando você precisar; cons-

truir plataformas digitais para ajudar todos os setores e organizações a se tornarem mais ágeis, eficientes e dinâmicos; redefina a experiência do usuário com IA, tornando-a mais personalizada para pessoas em todos os aspectos de suas vidas, seja em casa, no escritório ou em trânsito. Para obter mais informações, visite Huawei online em www.huawei.com ou siga-nos em:

<http://www.linkedin.com/company/Huawei>
<http://www.twitter.com/Huawei>
<http://www.facebook.com/Huawei>
<http://www.youtube.com/Huawei>

SOBRE FT LIVE

FT Live é a divisão global de conferências e eventos do Financial Times Group. Nossa missão é trazer ao nosso público executivo global o que há de mais moderno em conhecimento e opinião, e conectá-los uns aos outros.

De experiências únicas, como o FT Weekend Festival e The Global Boardroom aos nossos encontros de negócios de nível sênior, prêmios exclusivos e webinars on-line de hora em hora, nosso público volta regularmente para descobrir as abordagens e estratégias mais recentes, conectar-se com colegas e elevar as oportunidades de negócios para o próximo nível.

A FT Live está usando tecnologia de eventos líder mundial para aproximar você das pessoas e do conteúdo que importam - todos os nossos eventos podem ser acessados do conforto do seu escritório ou casa. Alguns de nossos eventos também retornam presencialmente, além de seu formato virtual, e serão realizados de acordo com as regulamentações e orientações governamentais mais recentes, já que a saúde, segurança e conforto de nossos participantes foram, e continuam sendo, alta prioridade. Para obter mais informações, visite FT Live em www.live.ft.com



Educação & Tecnologia

UBBF 2021: Desenvolvimento da Indústria de Construção de Infraestrutura de Rede – Um Novo Consenso

PUBLICIDADE. [Dubai, Emirados Árabes Unidos, 19 de Outubro de 2021] O 7º Ultra-Broadband Forum (UBBF 2021), organizado conjuntamente pela Comissão de Banda Larga da ONU e a Huawei, foi oficialmente ontem, 19, no Dubai. O fórum que este ano tem como tema "Estenda a Conectividade, Impulsione o Crescimento" tornou-se a maior cúpula do mundo no campo das redes fixas.

No evento, as principais operadoras globais e fornecedores de equipamentos trocaram ideias sobre uma ampla gama de tópicos - incluindo construção de infraestrutura de rede, economia digital regional, aplicação de solução de sucesso e expansão do espaço de crescimento da indústria. Eles também compartilharam as melhores práticas e discutiram como aprofundar a cooperação empresarial.

O UBBF deste ano decorre ao longo de dois dias, durante os quais decorrem em simultâneo várias palestras e sessões centradas nas redes fixas. Profissionais de governos, empresas, operadoras e academia discutiram e trocaram ideias relacionadas ao status atual do desenvolvi-

mento de redes de banda ultralarga e os novos desafios enfrentados, ao mesmo tempo que compartilhavam percepções e histórias de sucesso relacionadas.

"A conectividade é mais do que apenas uma expansão de funções; mais importante, é um vínculo emocional", disse Ryan Ding, Diretor Executivo e Presidente do Carrier Business Group da Huawei, em seu discurso.

"Há mais de 170 anos, foi instalado o primeiro cabo submarino do mundo, enviando o primeiro sinal de comunicação através do oceano. Este foi um grande passo à frente para a humanidade. Cerca de 20 anos atrás, as velocidades de conexão ultrapassavam os 32 Kbps e o vídeo começou a ultrapassar o texto como a principal forma de tráfego, permitindo uma comunicação como

nunca antes, acrescentou. Ele também afirmou que a conectividade "torna o mundo um lugar melhor".

O valor da conectividade está sendo redefinido pela sociedade e o desenvolvimento da indústria está acelerando. Em seu discurso, Peng Song, presidente do Departamento de Vendas de Soluções e Marketing de Operadora Global da Huawei, definiu e elaborou o modelo de Cobertura / Arquitetura / Fusão (C.A.F) da Huawei. Peng destacou como a conectividade deve ser estendida dentro de cada casa e cada empresa e convergir com a nuvem para "atender aos requisitos presentes e futuros". Construir a competitividade da conectividade com base no modelo C.A.F é a chave para um novo crescimento. "

● **Cobertura:** a conectividade que se estende a cada cômodo



umentará significativamente o valor da banda larga doméstica. As demandas em constante mudança de residências e empresas exigem que as operadoras estendam a conectividade para todos os cômodos, todos os dispositivos e todos os sistemas de produção da empresa, e transformam as linhas privadas em redes privadas assim que uma cobertura mais ampla esteja disponível. Isso aumentará o número de conexões, aumentará a aderência do usuário e, por fim, criará mais oportunidades de negócios.

● **Arquitetura:** a arquitetura de rede é a base para o sucesso dos negócios agora e no futuro. A nova arquitetura voltada para o futuro requer redes mais elásticas, serviços mais verdes e menor OPEX. A Huawei continuará a explorar

novas tecnologias - como OXC, SRv6 e ADN - para fortalecer a base da arquitetura.

● **Fusão:** a conectividade trará grandes oportunidades. Construir a competitividade da rede com base no modelo C.A.F é fundamental para as operadoras. A digitalização é a maior oportunidade para a indústria de TIC. Ele evoluiu de um conceito para uma prática. É inegável que a nuvem é o núcleo da digitalização, mas a conectividade também desempenha um papel fundamental. Sem conectividade, "a nuvem não passaria de uma grande ilha de dados". De acordo com Peng, "Fusion" é importante porque a conectividade precisa ser centrada na nuvem e ajudar as empresas a migrar para a nuvem. A conectividade e a nuvem precisam ser convergidas. Os operado-

Para lidar com os desafios de rede que os clientes enfrentam durante a transformação digital, a Huawei apresentou sua solução de rede em nuvem inteligente com quatro novos recursos.

res podem desempenhar um grande papel neste processo.

Kevin Hu, presidente da linha de produtos de comunicação de dados da Huawei, explicou que a digitalização, ao mesmo tempo que aumenta a conveniência, também apresenta muitos desafios às redes existentes. Por exemplo, devido ao espaço limitado dentro de uma sala de equipamentos de CO, é difícil para os nós existentes fornecerem recursos de processamento de serviço abrangentes. As relações de homing fixas entre recursos e redes tornam um desafio agendar o tráfego inter-DC de maneira flexível. As operações de serviço híbrido das redes existentes são mal equipadas para atender aos requisitos de serviço diferenciados de hoje. Para lidar com os desafios de rede que os clientes enfrentam durante a transformação digital, a Huawei apresentou sua solução de rede em nuvem inteligente com quatro novos recursos - CO super edge de todos os serviços, fiação rígido de nível de locatário, programação de rede com SRv6 e integração de rede em nuvem. Esta solução maximiza o valor dos recursos de rede da operadora e as vantagens complementares da nuvem e da rede, ajudando as operadoras a construir uma arquitetura de serviço DICT que apresenta integração nuvem-rede.

Na conferência, Kevin Hu também apresentou os roteadores inteligentes da série NetEngine para todos os cenários, ajudando as operadoras a construir redes em nuvem inteligentes na era digital. Esses dispositivos incluem roteadores inteligentes de acesso à nuvem (NetEngine série A800), roteadores de agregação de todos os serviços (NetEngine série 8000 M) e roteadores de backbone inteligentes (NetEngine 8000 X16).

Atualmente, as operadoras globais estão continuamente aumentando seus investimentos em fibras ópticas, melhorando a qualidade da banda larga e desenvolvendo serviços como linhas privadas premium FTTR e OTN para aumentar a receita de redes fixas. Como um elemento fundamental das cidades verdes e inteligentes, as redes-alvo totalmente ópticas têm se tornado gradualmente um consenso da indústria. No entanto, no processo de construção de redes alvo totalmente ópticas para cidades inteligentes, as operadoras ainda enfrentam dificuldades, como custos elevados, lentidão no fornecimento de serviços e difícil gerenciamento da construção de FTTH ODN. Além disso, a implan-

tação do dispositivo, a evolução da rede e o desenvolvimento de novos serviços também representam preocupações urgentes.

Na conferência, Bill Wang, vice-presidente da linha de produtos ópticos da Huawei, disse: "Para superar esses desafios, a Huawei lançou os produtos da série Digital QuickODN (DQ ODN) e Edge OTN. Esses produtos foram projetados para ajudar as operadoras a construir todos rapidamente -redes de alvo ópticas que são visíveis e gerenciáveis de ponta a ponta, reduzem significativamente os custos de O&M da operadora e fornecem uma entrada de alta velocidade no mundo digital para várias indústrias e residências. Elas podem ajudar as operadoras a expandir o mercado corporativo, melhorar a experiência de banda larga doméstica, reduza custos e aumente a receita.

Na conferência, os seguintes palestrantes notáveis deram palestras e compartilharam seus insights e casos de aplicação bem-sucedidos de soluções e produtos da Huawei no domínio da rede fixa: Doreen Bogdan-Martin (Diretora do Escritório de Desenvolvimento de Telecomunicações da ITU), Bocar A. BA (CEO da SAMENA Telecommunications Council), Ricardo Varzielas (CFO da MTN GlobalConnect), Per Morten Torvildsen (Presidente do Board da GlobalConnect), Bader Abdullah Allhieb (Vice-Presidente do Departamento de Infraestrutura da STC), Alaa A. Malki (CTO da Mobyli Etihad Etisalat), e Waqar Mahmood (CTO da Comissão de Educação Superior do Paquistão).

Em 2014, para promover o desenvolvimento sustentável da indústria global de redes fixas de ultra-banda larga, a Huawei lançou o Ultra-Broadband Forum (UBBF) com a Broadband Commission (estabelecida em conjunto pela ITU e a UNESCO) e as principais operadoras regionais. O fórum visa construir uma plataforma de diálogo de alto nível com foco no compartilhamento de experiências em banda ultralarga, cooperação entre setores e promoção de toda a indústria, a fim de liberar o potencial da banda ultralarga e beneficiar operadoras, consumidores e provedores de conteúdo.

O UBBF tem sido realizado com sucesso a cada ano desde seu início em 2014 e se tornou o evento mais importante que lidera o desenvolvimento da indústria de ultra banda larga.

<https://www.huawei.com/minisite/ubbf/en>

NOTA DE IMPRENSA

Huawei e parceira Unitel lançam o Seeds for the Future 2021

A

Huawei, em parceria com a Unitel, lança o Seeds for the Future edição 2021. O evento será aberto oficialmente no dia 28 de Outubro, em Luanda. Os estudantes participantes começam as formações no dia 1 de Novembro e terminam a 8 de Novembro próximo.

Para este ano Angola terá 66 jovens estudantes e durante oito dias uma merecerão visão mais ampla sobre o mundo das TIC e conhecimento da cultura chinesa.

O Seeds for the Future é um programa oficial de CSR da Huawei, que existe em todo o mundo, e foi

lançado em Angola em 2019 pela companhia chinesa. O programa visa dotar jovens universitários que estejam no 3 ano com conhecimento agregado em termos de novas tecnologias, ajuda a desenvolver talentos locais em TIC, aumenta a transferência de conhecimento, promove uma maior compreensão e interesse no sector de telecomunicações, melhora e incentiva a construção regional e a participação na comunidade digital, incluindo a partilha de culturas, etc.

O evento não deixará de ser regra juntos pelo seeds... Huawei e UNITEL.

Luanda aos 22 de Outubro de 2021.



HUAWEI

Educação & Tecnologia

O papel do contabilista na consolidação fiscal (parte III)



António Feliciano Braça *

As projecções para 2021 apontam que as receitas fiscais estarão acima do serviço da dívida, fruto da melhoria na previsão da receita e do menor serviço da dívida para 2021.

O Orçamento Geral do Estado 2021 fixa despesa total kz 14 785,1 mil milhões + 9,9% do que o OGE 2020 Rev., sendo despesa fiscal primária kz 7 028,5 mil milhões (47,5% do OGE), e despesa financeira kz 7.756,7 mil milhões (52,5% do OGE).

Para o OGE 2021, projectou-se um maior espaço fiscal, com a Despesa Fiscal Primária a crescer em 18,5%, enquanto a Despesa Financeira cresceria apenas 3,1%; Entre as Categorias da Despesa Fiscal Primária, a que mais deverá crescer são as Despesas com Bens e Serviços (23,6%).

A consolidação fiscal em Angola tem desempenhado um papel essencial devido ao objectivo de reduzir a vulnerabilidade fiscal e a acumulação de dívida, e alcançar um crescimento económico estável. Angola adoptou a reforma fiscal como um importante instrumento para promover a eficiência, uma redistribuição mais justa dos rendimentos e o reequilíbrio das finanças públicas.

No Passado, os instrumentos fiscais em vigor, em muitos casos, estavam significativamente em descompasso com o estado atual da economia de Angola; além do descompasso histórico, há também aquele associado ao contexto global e às boas práticas internacionais. Por exemplo, a percentagem das receitas fiscais não petrolíferas no PIB rondava os 6% em Angola, muito inferior à média dos países da região da SADC, que é de 15%.

No presente: Angola implementou sistemas fiscais e reformas fiscais;



Em 2019, as reformas atingiram seu ápice, com a introdução de novos tributos, como o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e o Imposto Especial de Consumo (IEC), em substituição aos impostos sobre o consumo existentes; e o IVA é actualmente uma das principais fontes de arrecadação de receitas no país.

Nos termos do Estatuto da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (“Ordem”), que regulamenta o exercício das funções de contabilidade e auditoria, constitui atribuição da Ordem definir normas e esquemas técnicos de actualização profissional, nomeadamente de Auditoria.

O referido estatuto estabelece que é da competência exclusiva dos Peritos Contabilistas a realização de auditorias impostas por lei, de auditorias de natureza facultativa e o exercício das demais funções que por lei lhes sejam atribuídas.

Nos termos do Decreto Presidencial n.º 232/10 de 11 de Outubro, que aprova Estatuto da Ordem dos Contabilistas e dos Peritos Contabilistas, nos termos do artigo 3.º, são objectivos da ordem:

- a) Promover e zelar pelo respeito dos princípios éticos e deontológicos e defender os interesses, direitos e prerrogativas dos seus membros;
- b) Promover e contribuir para formação profissional e o aperfeiçoamento dos seus membros, designadamente através da organização

de recursos, colóquios, conferências, seminários e de cursos de actualização, bem como promover o acesso ao exercício da profissão;

- c) Definir normas e esquemas técnicos de actuação profissional;

- d) Colaborar no ensino da contabilidade, a todos os níveis do ensino oficial de contabilidade, gestão e economia, designadamente participando na formulação dos planos curriculares dos cursos que, directa ou indirectamente, digam respeito ao ensino da contabilidade;

- e) Organizar e manter actualizado o cadastro dos seus membros;

- f) Certificar, sempre que tal for solicitado, que os seus membros se encontram no pleno exercício da sua capacidade funcional, nos termos deste estatuto e demais legislações aplicáveis;

- g) Estabelecer um regime de estágio e exames para os candidatos a contabilista e peritos contabilistas;

- h) Colaborar, com quaisquer entidades nacionais ou estrangeiras, no fomento e realização de estudos investigação e trabalho que visem o aperfeiçoamento de assuntos de natureza contabilística fiscal;

- i) Propor às entidades legalmente competentes medidas relativas à defesa da classe profissional e dos seus interesses;

- j) Exercer jurisdição disciplinar sobre os seus membros;

- k) Estabelecer princípios e normas de ética e deontologia profissional;

- l) Defender o direito de exclusi-

vidade dos títulos profissionais dos seus membros;

- m) Exercer as demais funções que lhe são atribuídas pelo presente estatuto e por outras disposições legais aplicáveis;

Entre os vários objectivos do contabilista na empresa, destaca-se: Organização e lançamento de notas fiscais de entradas e saídas; Apuração de impostos a pagar; Elaboração de guias para pagamentos de impostos; Autorização para emissão de notas fiscais; Registo dos livros nos órgãos competentes; Lançamento dos documentos nos respectivos livros fiscais;

A contabilidade tem por finalidade registar e demonstrar a alteração do património da empresa, além das suas finalidades fiscais. Ao demonstrar a mutação do património, o empresário, o contabilista e outros profissionais da área financeira e administrativa têm condições de avaliar a evolução da empresa.

Com tradição, experiência, actualização e capacidade técnica na execução de serviços contabilísticos com enfoque nos aspectos fiscais, a contabilidade também está vocacionada para os aspectos da gestão empresarial, proporcionando relatórios com informações para a tomada de decisões, planeamento contabilístico e tributário, auxiliando com as principais rotinas: Preparação e classificação de documentos; Conciliação e encerramento de contas; Balancetes periódicos; Balanços; Contabilidade totalmente integrada com os depar-

tamentos Fiscal e Pessoal; Emissão e autenticação dos livros fiscais.

Assim sendo, o contabilista e tendo em conta consolidação fiscal, de acordo os planos micro e macroeconómicos estabelecido pelo executivo, tem como função, contribuir e oferecer credibilidade às demonstrações financeiras da sua organização, permitindo que o Estado, investidores, accionistas e todos os agentes de mercado reconheçam o valor real da sua empresa e propiciem maior solidez ao ambiente de negócios, assegurar a fidelidade dos dados e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios da administração.

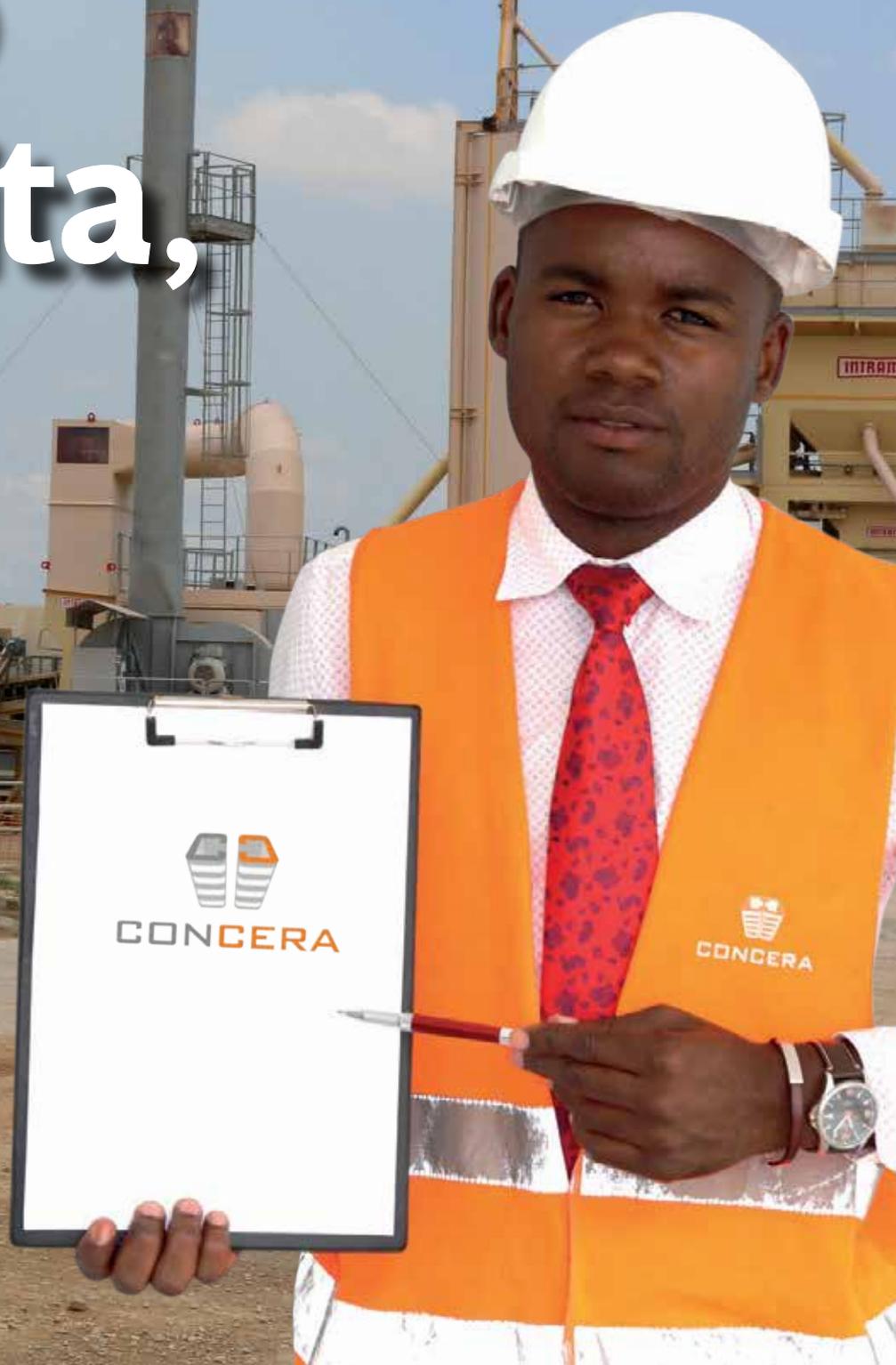
O contabilista assume o papel de instrumento necessário no processo de tomada de decisões de pequenos e grandes negócios, munindo estes informações, por forma objectivar melhores estratégias para segmentação do negócio.

Neste contexto o contabilista na consolidação fiscal, tem como função a auxiliar no processo de administração de um negócio, tendo papel crucial na tomada de decisões. Com informações e relatórios, relevantes, sendo que, é considerado como sendo aquele que prática a ciência da riqueza, gerando lucro, renda, oferecendo emprego, e contribuindo no nível de arrecadação de receitas, sendo este importante instrumentos para realização das despesas públicas, aumentando a produtividade e renda nacional, consolidando o crescimento e consequente desenvolvimento do país.

Entre as várias funções do contabilista tendo em conta a consolidação fiscal, destaca-se fornecer informações económicas para o governo, fornecedores, bancos, investidores, funcionários, sindicatos e outros. Cada grupo principal de usuários dessas informações poderá, a partir delas, avaliar a situação económica e financeira das empresas e fazer inferências sobre suas futuras tendências.

*Técnico tributário da Repartição Fiscal do Huambo (4.º Região Tributária-AGT), e Professor no Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologia Isupe-Ekuikui II

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

NÚMEROS DA SEMANA

33

Novos títulos mineiros para a exploração de ouro que foram atribuídos pelo Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

1.000

Milhões USD Previsão de receita do sector diamantífero nacional com as vendas de diamantes brutos, ainda este ano, de acordo com o presidente do conselho de administração da Endiama, José Ganga Júnior.

7

Acordos de cooperação em diferentes domínios, do comércio à educação, que foram assinados entre Angola e a Turquia, durante a visita do presidente turco, Recep Erdogan.

3,4

Milhões USD Fundos autorizados pelo Presidente da República para a abertura do procedimento de contratação simplificada para auditoria às declarações fiscais e às contas das companhias petrolíferas, referentes ao exercício de 2020.



ATÉ SETEMBRO

Angola arrecadou mais 3,6 pp do previsto pra 2021 com o petróleo

As receitas petrolíferas arrecadadas até Setembro superaram em 3,6 pontos percentuais as previsões orçamentais do Governo, que esperava pouco mais de 4,059 biliões de kwanzas, face aos facturados 4,206 biliões, ou seja, o equivalente a 103,6% do previsto.

O Presidente João Lourenço, no discurso sobre o estado da Nação, estimou em cerca de 26% o adicional da receita petrolífera. A previsão do Presidente da República fixa em cerca de 1,054 biliões de kwanzas o adicional, mas deve chegar aos 1,6 biliões, considerando a receita média dos últimos meses, assim como a previsão para o preço do petróleo nos últimos três meses do ano.

O adicional é explicado pela alta do preço do petróleo, face aos 39 dólares previstos no Orçamento Geral do Estado. O preço esteve sempre acima das previsões orçamentais. Em Janeiro, registou-se o preço médio mais baixo, 49,32 dólares, enquanto em Fevereiro passou para 55,79. O preço médio mais alto registou-se em Agosto e foi de 71,61 dólares.

Segundo dados das Finanças, as receitas previstas com o direito de concessionária foram de 2,970 biliões de kwanzas quando o que estava previsto para este segmento era 2,786 biliões.

CARTA A CONTESTAR NOVO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sindicato da TAAG desconhece, mas concorda com o conteúdo

O Sindicato dos Trabalhadores da Taag diz não ter participado nem saber da autoria da carta que circula nas redes sociais a contestar a eleição da nova administração da transportadora, mas assegura que concorda com alguns pontos indicados no documento direccionado à Presidência da República.

Ao Valor Económico o coordenador do sindicato, Gomes Morais de Castro, afirma que, apesar de os sindicalistas não saberem a origem da carta, concordam com o seu conteúdo por estar alinhado com o clima que se vive na empresa.

Na carta, os trabalhadores manifestam-se “tristes” com o comunicado sobre a Assembleia-Geral Universal de Accionistas do Conselho, que indicou o novo conselho de administração da empresa. Questionam sobre quem representa os trabalhadores

na Assembleia e acusam o ministro Ricardo de Abreu de “usar a imprensa para enganar o público que seleccionou uma empresa de caça talentos para a eleição do novo conselho de administração”.

Entre outras questões, solicitam esclarecimento sobre a motivação da recondução do anterior PCE Rui Carreira e acusam Ricardo d’Abreu de nepotismo por, supostamente, ter nomeado o seu cunhado para presidente da comissão executiva, sendo visto como um indivíduo inexperiente no sector da aviação.

“Consta dos registos que Eduardo Fairen Soria já retirou da Taag, sem trabalho nenhum, mais de um milhão e meio de dólares com falsos trabalhos de consultoria que nunca fez, com a empresa Blackbird”, acusam.

O coordenador do sindicato, que se recusa a falar da nova direcção por não a conhecer, admite que a mesma terá de trabalhar ‘muito’ para alcançar as metas traçadas e reitera o apelo ao Estado para que aposte na

reestruturação da empresa com seriedade.

Foram, entre outros, nomeados Eduardo Fairen Soria, administrador executivo e presidente da comissão executiva, Custódia Gabriela Bastos, Adelaide Isabel de Sousa, Steve Taverney Azevedo e Lisa Mota Pinto como administradores executivos.

TRABALHADORES QUESTIONAM MINISTÉRIO

Segundo a estrutura orgânica da Taag, a assembleia de accionistas é composta pelo Igape, Enna e o fundo social dos trabalhadores dos transportes. Os trabalhadores dizem não conhecer os seus representantes na assembleia dos accionistas e o coordenador sindical garante que já tentaram, em conjunto com outros responsáveis sindicais das outras empresas dos transportes, procurar saber do Ministério quem os representa, mas nunca obtiveram resposta.

Por: Mateus Mateus

